--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**--------

----------**ACTA NÚMERO SEIS / NOVENTA E OITO**----------

----------Aos onze dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e oito, nesta vila de Oeiras e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Oeiras, sob a Presidência inicial do Senhor Vereador Doutor José Eugénio Moutinho Tavares Salgado e mais tarde do Senhor Presidente Doutor Isaltino Afonso Morais, estando presentes os Senhores Vereadores Engenheiro José Arménio Lopes Neno, Senhor Luís Filipe Martins Pires, Doutor Arnaldo António Pereira, Senhor Emanuel Silva Martins, Doutor José Eduardo Leitão Pires da Costa, Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo, Doutor Jorge Manuel Bicó da Costa e ainda presente, embora entrado no decurso da reunião, o Senhor Vereador Doutor José David Gomes Justino. ---- ----------

----------Faltou a Senhora Vereadora Elisa Maria Ramos Damião, tendo a Câmara considerado justificada a respectiva falta. ----------

**1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS:** ----------

----------Às dezassete horas e quinze minutos, o Senhor Vereador Tavares Salgado declarou aberta a reunião e submeteu à votação a respectiva ordem de trabalhos que foi aprovada por unanimidade dos presentes. ----------

**2 - DESPACHOS:** ----------

----------A Câmara tomou conhecimento, de harmonia com o disposto no número três, do artigo quinquagésimo segundo, do Decreto-Lei número cem, de oitenta e quatro, de vinte e nove de Março, com a redacção que lhe foi dada pela Lei número dezoito, de noventa e um, de doze de Junho, dos despachos proferidos pelos Senhores Presidente e Vereadores no uso de competências delegadas. ----------

**3 - SITUAÇÃO FINANCEIRA:**----------

----------Foi presente o balancete referente ao movimento de fundos do dia de ontem, o qual

acusa um saldo de operações orçamentais no valor de cento e setenta e um milhões novecentos e trinta e sete mil e cinquenta e três escudos, tendo o Senhor Vereador Tavares Salgado informado da situação financeira, saldos cativos e encargos existentes, traduzindo-se a situação num saldo real negativo de um milhão novecentos e trinta e seis mil novecentos e dezanove contos. ---------

**4 - PAGAMENTOS:** ----------

---------- Pagamentos autorizados anteriormente:----------

---------- A Câmara tomou conhecimento de terem sido processados os pagamentos a que respeitam as autorizações números mil cento e noventa a mil quatrocentos e trinta e sete, no valor global de cento e dez milhões duzentos e noventa e dois mil duzentos e sessenta e quatro escudos e cinquenta centavos. ----------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**--------

**5 - ASSUNTOS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** ----------

----------I - O Senhor Vereador Tavares Salgado deu conhecimento à Câmara da remessa pela Assembleia Municipal dos seguintes ofícios: ----------

----------Número quarenta e um, de seis de Janeiro, remetendo cópia da deliberação aprovada sobre voto de louvor à funcionária do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal - Zulmira Achando da Silva Mendes: ----------

----------"Três.oito - Senhor Presidente ----------

----------Voto de Louvor às funcionárias do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal-------

----------Embora não tenha a certeza que esta seja a última sessão, mas basta admitir que o seja, para em nome da Mesa da Assembleia Municipal querer propor à Assembleia Municipal um Voto de Louvor ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

----------Chama a atenção, ele que tem uma longa experiência de Presidente da Assembleia Municipal e de Autarca nunca sentiu uma colaboração tão eficiente, sem desprimor para outros que colaboraram bem mas sem a eficiência que este Gabinete teve, iria propor a esta Assembleia um voto de Louvor ao Gabinete, destacando como principal responsável a Senhora Dona Zulmira, e, ao mesmo tempo, dando conhecimento à Câmara Municipal de Oeiras de que este louvor também é um pedido à Câmara para que reconheça a qualidade do Gabinete que prestou um serviço a esta Assembleia. ----------

----------Palmas----------

----------Não procederá à votação, pois parece-lhe evidente que esta proposta foi aceite por unanimidade e com aclamação."----------

----------Número quarenta e dois, de seis de Janeiro, remetendo cópia da deliberação aprovada sobre voto de louvor à funcionária do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal - Maria Helena Osório Gouveia: ----------

---------- “Três.oito - Senhor Presidente----------

---------- Voto de Louvor às funcionárias do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal ------

---------- Embora não tenha a certeza que esta seja a última sessão, mas basta admitir que o seja, para em nome da Mesa da Assembleia Municipal querer propor à Assembleia Municipal um Voto de Louvor ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.----------

---------- Chama a atenção, ele que tem uma longa experiência de Presidente da Assembleia Municipal e de Autarca nunca sentiu uma colaboração tão eficiente, sem desprimor para outros que colaboraram bem mas sem a eficiência que este Gabinete teve, iria propor a esta Assembleia um voto de Louvor ao Gabinete, destacando como principal responsável a Senhora Dona Zulmira, e, ao mesmo tempo, dando conhecimento à Câmara Municipal de Oeiras de que este louvor também é um pedido à Câmara para que reconheça a qualidade do Gabinete que prestou um serviço a esta Assembleia.----------

----------Palmas ----------

---------- Não procederá à votação, pois parece-lhe evidente que esta proposta foi aceite por unanimidade e com aclamação.” ----------

---------- Número noventa, de seis de Janeiro, remetendo cópia da deliberação aprovada sobre voto de louvor à funcionária do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal - Maria Madalena Lacerda Carvalho David:----------

---------- “Três.oito - Senhor Presidente----------

---------- Voto de Louvor às funcionárias do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal ------

---------- Embora não tenha a certeza que esta seja a última sessão, mas basta admitir que o seja, para em nome da Mesa da Assembleia Municipal querer propor à Assembleia Municipal um Voto de Louvor ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.----------

---------- Chama a atenção, ele que tem uma longa experiência de Presidente da Assembleia Municipal e de Autarca nunca sentiu uma colaboração tão eficiente, sem desprimor para outros

que colaboraram bem mas sem a eficiência que este Gabinete teve, iria propor a esta Assembleia um voto de Louvor ao Gabinete, destacando como principal responsável a Senhora Dona Zulmira, e, ao mesmo tempo, dando conhecimento à Câmara Municipal de Oeiras de que este louvor também é um pedido à Câmara para que reconheça a qualidade do Gabinete que prestou um serviço a esta Assembleia. ----------

----------Palmas----------

----------Não procederá à votação, pois parece-lhe evidente que esta proposta foi aceite por unanimidade e com aclamação."----------

----------Número noventa e um, de seis de Janeiro, remetendo cópia da deliberação aprovada sobre voto de louvor à funcionária do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal - Maria Isabel Abrantes Martins Brito dos Santos: ----------

----------"Três.oito - Senhor Presidente ----------

----------Voto de Louvor às funcionárias do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal-------

----------Embora não tenha a certeza que esta seja a última sessão, mas basta admitir que o seja, para em nome da Mesa da Assembleia Municipal querer propor à Assembleia Municipal um Voto de Louvor ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal. ----------

----------Chama a atenção, ele que tem uma longa experiência de Presidente da Assembleia Municipal e de Autarca nunca sentiu uma colaboração tão eficiente, sem desprimor para outros que colaboraram bem mas sem a eficiência que este Gabinete teve, iria propor a esta Assembleia um voto de Louvor ao Gabinete, destacando como principal responsável a Senhora Dona Zulmira, e, ao mesmo tempo, dando conhecimento à Câmara Municipal de Oeiras de que este louvor também é um pedido à Câmara para que reconheça a qualidade do Gabinete que prestou um serviço a esta Assembleia. ----------

----------Palmas----------

----------Não procederá à votação, pois parece-lhe evidente que esta proposta foi aceite por

unanimidade e com aclamação.” ----------

---------- Número noventa e dois, de seis de Janeiro, remetendo cópia da deliberação aprovada sobre voto de louvor à funcionária do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal - Ana Cristina Vieira de Oliveira Batista Saavedra:----------

---------- “Três.oito - Senhor Presidente----------

---------- Voto de Louvor às funcionárias do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal ------

---------- Embora não tenha a certeza que esta seja a última sessão, mas basta admitir que o seja, para em nome da Mesa da Assembleia Municipal querer propor à Assembleia Municipal um Voto de Louvor ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal.----------

---------- Chama a atenção, ele que tem uma longa experiência de Presidente da Assembleia Municipal e de Autarca nunca sentiu uma colaboração tão eficiente, sem desprimor para outros que colaboraram bem mas sem a eficiência que este Gabinete teve, iria propor a esta Assembleia um voto de Louvor ao Gabinete, destacando como principal responsável a Senhora Dona Zulmira, e, ao mesmo tempo, dando conhecimento à Câmara Municipal de Oeiras de que este louvor também é um pedido à Câmara para que reconheça a qualidade do Gabinete que prestou um serviço a esta Assembleia.----------

----------Palmas ----------

---------- Não procederá à votação, pois parece-lhe evidente que esta proposta foi aceite por unanimidade e com aclamação.” ----------

---------- II - Após tomar conhecimento dos assuntos a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, dar-lhes execução. ----------

---------- Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

**Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**6 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR ARNALDO PEREIRA:** ----------

----------O Senhor Vereador Arnaldo Pereira iniciou a sua intervenção, propondo à Câmara um voto de louvor ao Maratona Clube de Portugal, que como todos sabem, é uma colectividade sediada no Concelho de Oeiras e que no dia oito, conquistou, pela quarta vez consecutiva, a Taça dos Clubes Campeões Europeus de Corta-Mato, tendo sido neste evento desportivo que , o atleta Paulo Guerra, que andava um pouco afastado destas competições, regressou e, individualmente ficou classificado em quarto lugar, tendo sido o melhor europeu. ----------

----------Prosseguindo, referiu que, já teve a oportunidade de enviar as felicitações ao Maratona Clube de Portugal, através de um fax, em que exprimiu a satisfação da Câmara, uma vez que, se trata de uma conquista que para além de projectar o concelho de Oeiras, confirma também o papel que o Maratona tem tido no desenvolvimento do atletismo, nomeadamente, do meio fundo no concelho de Oeiras, e esta colectividade tem desempenhado uma acção meritória no plano da formação.----------

----------Seguidamente, felicitou a Senhora Vereadora Teresa Zambujo e o Senhor Vereador Lopes Neno pela tomada de posse como elementos do Conselho de Administração dos SMAS, desejando os melhores votos de sucesso e êxito nas funções que irão desempenhar, aproveitando a oportunidade para desejar que sejam encontrados para os SMAS, os melhores caminhos, pois durante o mandato anterior, muitas vezes, exprimiu a sua opinião relativamente, aos SMAS, porque pensa que, talvez a empresa inter-municipal fizesse sentido, mas certamente que serão encontrados os melhores caminhos para que os SMAS continuem a prestar às populações do concelho de Oeiras, os serviços que têm vindo a prestar. ----------

----------De seguida, inquiriu se a Câmara possui já alguma informação concreta e precisa sobre datas previstas para a construção quer da escola de Caxias, uma vez que, na última reunião ficou com a ideia que seria no decurso do ano lectivo noventa e sete/noventa e oito, quer da

Escola Dois-Três de Queluz de Baixo, pois na sua opinião, tratam-se de duas prioridades em termos de construção de equipamentos educativos, razão pela qual, gostaria de saber se já se chegou a algum acordo com a DREL com vista à construção destas escolas. ----------

---------- Por último, solicitou esclarecimentos, no que diz respeito a uma informação dada pelo Senhor Presidente, em que já terá sido enviada à Câmara o Relatório do IGAT - Inspecção Geral de Administração do Território, na sequência da inspecção que teve lugar, pelo que, gostaria de saber quando é que irá ser distribuída uma cópia deste relatório aos Vereadores.-------

**O Presidente**

**--------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**7 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JOSÉ EDUARDO COSTA: ----------**

----------O Senhor Vereador José Eduardo Costa, iniciou a sua intervenção desejando à Senhora Vereadora Teresa Zambujo e ao Senhor Vereador Lopes Neno, as maiores felicidades no cargo que assumiram ontem nos SMAS.----------

----------Seguidamente, e no âmbito dos SMAS deu conhecimento que teve a triste experiência de não ter água em casa, por volta das doze horas e, quando terminou a cerimónia de posse dos SMAS, dirigiu-se ao local para verificar a rotura, que na realidade, até era significativa, uma vez que tinha cerca de cinco ou seis metros de profundidade, e na sua opinião, quando o trabalho é duro e é feito com rapidez, deve ser destacado, razão pela qual deve ser feito um louvor aos funcionários que, com o máximo empenhamento possível e com uma grande rapidez, repararam uma rotura a seis metros de profundidade, em condições de trabalho extremamente difíceis, pelo que deve ficar registado um louvor aos funcionários dos SMAS.-----

----------Por último, deu conhecimento de uma informação do Departamento de Ambiente e Equipamento - Divisão de Higiene Pública, a qual é do seguinte teor:----------

----------"Iniciou-se no passado dia dois o Programa Ambiental e Ocupacional "Jovens em Movimento", desenvolvido no âmbito da Divisão de Higiene Pública e que foi aprovado pela Câmara em dezanove de Novembro de noventa e sete.----------

----------Este Programa Ambiental surge no seguimento do êxito alcançado pelas Campanhas de Verão junto dos setecentos jovens residentes no Concelho que participaram de uma forma animada e cooperante evidenciando comportamento e atitudes adequadas para a deposição dos resíduos e para a correcta utilização dos recipientes. ----------

----------Com os "JM" pretende-se ocupar os jovens de uma forma saudável, principalmente aqueles que terminaram os estudos e procuram o primeiro emprego. Com idades compreendidas entre os dezasseis e vinte e três anos e com quatro horas livres de segunda a sexta-feira qualquer

jovem poderá integrar este projecto por um ou mais meses. ----------

---------- Limpar, Conviver e Sensibilizar, serão as tónicas dadas a este projecto que pretende responder às necessidades apresentadas pelos munícipes, e ser um contributo para a adopção de comportamentos ambientalmente correctos.----------

---------- Os jovens participantes receberão um subsídio diário no valor de mil e quinhentos escudos, acrescido de três mil e quinhentos escudos mensais para deslocações no Concelho. -----

---------- O Gabinete de Apoio à Juventude assegura a informação aos jovens e seu recrutamento. ----------

---------- Entretanto, foram também integradas neste projecto três senhoras japonesas que, no âmbito das actividades ”Federação da Família para a Paz Mundial e Unificação”, se encontram temporariamente a residir no Concelho e se ofereceram para prestarem serviço voluntário à Comunidade na área da limpeza urbana.”----------

---------- Ainda a este propósito, deu conhecimento que, frequentemente, o Departamento de Ambiente e Equipamento tem sido contactado por organizações religiosas, nomeadamente, protestantes, anglicanas, entre outras, que pontualmente, querem, fazer acções de limpeza com os seus fiéis, contactando a Câmara e colaboram com brigadas de cem ou duzentas pessoas e num dia fazem a limpeza a uma determinada zona, sendo esta uma experiência interessante. -----

---------- Durante esta intervenção, entrou na sala o Senhor Vereador David Justino.----------

**O Presidente,**

**----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---**

**8 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR DAVID JUSTINO: ----------**

----------O Senhor Vereador David Justino usou da palavra apenas para dar conhecimento que, no período compreendido entre os dias quatro a oito, chefiou uma delegação de autarcas e representantes da comunidade municipal Oeirense, a Bruxelas, com vista a visitarem algumas das instituições comunitárias. O objectivo desta visita integra-se dentro da política da própria Comissão Europeia, de sensibilizar os autarcas, relativamente aos problemas e à forma de funcionamento das instituições europeias e como foi a primeira vez que teve a oportunidade de visitar este tipo de instituições, deve salientar que se tratou de uma visita extremamente útil e se o objectivo era o da sensibilização e consciencialização para alguns dos grandes problemas que se colocam neste final de século, então esta visita foi eficaz.----------

----------Prosseguindo, referiu que esta delegação era constituída por vinte e oito membros, com representação das Juntas de Freguesia do Concelho de Oeiras, dos grupos políticos representados na Assembleia Municipal, representantes da PSP, Escolas Secundárias, professores e paróquias, entre outros. As visitas efectuadas foram ao Comité das Regiões, à representação permanente de Portugal junto das comunidades, ao Comité Económico e Social e à Comissão Europeia, nomeadamente, à Direcção que está dependente do Comissário, junto das comunidades, tendo sido bem recebidos, com sessões de trabalho que decorreram de uma forma muito interessante e, na sua opinião, esta iniciativa teve grande utilidade, mas acima de tudo, colheu junto de todos, a importância de se conhecer precisamente as instituições e, acima de tudo, quais são os grandes problemas que se colocam à constituição europeia e à participação de Portugal nessa mesma constituição europeia.----------

**O Presidente,**

**----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---**

**9 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR LOPES NENO: ----------**

----------O Senhor Vereador Lopes Neno iniciou a sua intervenção esclarecendo a questão posta pelo Senhor Vereador José Eduardo Costa, relativamente à rotura de uma conduta, pois mesmo no acto de tomada de posse, foi acompanhando os trabalhos, mas convém referir que a conduta em causa não era uma conduta dos SMAS, mas sim da EPAL e ontem, num espaço de vinte e quatro horas, nestas mesmas condutas da EPAL, verificaram-se duas roturas, tendo sido uma a que o Senhor Vereador José Eduardo Costa referiu, perto da Tapada do Mocho e a outra é na Rua Cândido dos Reis, sendo esta, praticamente, semanal; em termos desta conduta, já foram oficiados, quer pela CMO, quer pelos SMAS, há cerca de um ano e recentemente, foi enviado um ofício à EPAL, pelos SMAS, em que era solicitada a remodelação ou a substituição total desta conduta, que já deve ter cerca de cinquenta anos e está, obviamente, envelhecida, estando relacionado com o facto de, a Rua Cândido dos Reis ainda não ter avançado, em termos de recuperação, do que está a necessitar bastante, uma vez que é uma das vias principais que atravessa o Centro Histórico de Oeiras, sendo a intervenção, em termos de pavimento, urgente. De qualquer das formas, a Câmara não pode avançar, nem deverá fazê-lo, sem que o problema das infra-estruturas esteja resolvido, apesar de a EPAL já ter enviado um ofício a responder que, durante o corrente ano, vai ser feita a substituição desta conduta, sendo certo que o Conselho de Administração dos SMAS vai tomar uma posição relativamente a esta situação, porque é intolerável uma situação deste género. Assim, este é um dos desafios que se coloca a este Conselho de Administração, no sentido de prosseguirem as negociações e o entendimento com a EPAL, uma vez que, nunca foram fáceis, antes pelo contrário, têm tendência para piorar, derivado do facto de a EPAL ter uma posição monopolista e inflexível, sendo um bom exemplo os aumentos da tarifa de água, além de que, a diferença de política já é tão acentuada, quer em relação aos municípios, quer em relação à cidade de Lisboa, pois a Câmara Municipal de Lisboa

não tem SMAS, sendo a EPAL a distribuidora, além de que existem situações, como por exemplo, em Algés, em que os moradores de um lado da rua têm uma facturação de água para os mesmos consumos, completamente diferentes dos do outro lado da rua, o que dá origem a bastantes reclamações e para serem esclarecidas é muito complicado, porque o metro cúbico de água vendido ao município é mais caro, do que vendido ao consumidor em Lisboa, política esta que não se compreende, mas terá que ser feito um esforço de cooperação e entendimento entre ambas as partes e os SMAS contribuirão para esta situação, fazendo um esforço para substituir as condutas, apesar de as mais recentes terem cerca de trinta ou quarenta anos. ----------

---------- Prosseguindo, referiu que, uma rotura que suceda dentro do Concelho de Oeiras, é suportada a sua reparação pelos SMAS e a água desperdiçada é debitada também aos SMAS, porque é feita a medição do caudal que entra no Concelho de Oeiras, à entrada e à saída e, assim sendo, no caminho, a água dentro das condutas de EPAL é descontada aos SMAS de Oeiras, razão pela qual, a deliberação de Câmara, quando se traçaram objectivos muito claros, relativamente a este Conselho de Administração e às perdas de água foi muito clara, estando-se a tentar atingir os vinte e cinco por cento, não havendo ainda dados objectivos sobre esta situação, mas já envidou esforços, no sentido de ser elaborado este estudo e este levantamento, porque, grande parte das perdas e de água não facturada, têm a ver com as condutas da EPAL, porque, uma coisa é uma rotura numa conduta de diâmetro de cinquenta ou sessenta, e outra coisa é uma rotura numa conduta com um diâmetro de duzentos, quinhentos ou mil, sendo um caudal extraordinário que se perde.----------

---------- Continuando, esclareceu que é importante referir que a EPAL tem uma posição de, se ocorrer uma rotura durante a noite, a reparação não é feita, porque o seu horário de expediente, tal como a JAE, é das oito às vinte horas, até porque esta não é uma preocupação para a EPAL, porque a água continua a ser facturada, tendo acontecido um bom exemplo deste tipo de situações, no mês de Dezembro, em que houve uma rotura na baixa do Dafundo e esteve

dois dias para ser reparada, apesar dos faxes e telefonemas para a EPAL, até que teve que se chegar à situação de "levantar um pouco a voz", mas em situações destas torna-se necessário.----

----------Prosseguindo, referiu ainda que, os próprios funcionários dos SMAS trabalharam de uma forma empenhada, em condições muito difíceis, tal como referiu o Senhor Vereador José Eduardo Costa; no entanto, convém salientar que para se tentar resolver o problema rapidamente, descurou-se um pouco a questão da segurança, sendo necessário chamar a atenção dos funcionários para esta questão que, felizmente, foi largamente ultrapassada pela forma como foi reparada a rotura, sem ter havido problemas em termos de segurança.----------

----------Por último, agradeceu os votos formulados pelos Senhores Vereadores, relativamente à sua tomada de posse no Conselho de Administração dos SMAS, sendo escusado referir que irá tentar servir, com o mesmo empenhamento e lealdade que coloca em tudo o que faz, dando o seu melhor e tentando atingir as metas propostas na deliberação de Câmara e que são muito precisas, além dos desafios, que o Conselho de Administração terá, pois os tempos que se aproximam, irão ser de algumas mudanças, nomeadamente, no que diz respeito à situação dos SMAS com a EPAL, o que não é visto com satisfação, nem pelo município de Oeiras, nem pelo Município da Amadora, tendo sido proposto que, até ao final de Março, seja feita uma exposição à Câmara, sobre quais os caminhos que os SMAS terão que percorrer para alterar algumas situações; mas são tempos de trabalho e de decisões e a curto prazo vai-se trabalhar para se alcançar o grande objectivo que é proporcionar os melhores serviços públicos aos munícipes.----------

**O Presidente,**

**----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---**

**10 - INFORMAÇÕES - SRª. VEREADORA TERESA ZAMBUJO: ----------**

----------A Senhora Vereadora Teresa Zambujo iniciou a sua intervenção, agradecendo os votos formulados, dispensando-se de tecer mais algumas considerações, uma vez que, já ontem teve oportunidade, quando interveio na tomada de posse, aquando do seu discurso.----------

----------Seguidamente, deu conhecimento que na semana passada, esteve presente numa reunião com os responsáveis pelos Jardins de Infância e pelas Escolas Básicas Número Um, tendo esta sido uma reunião de apresentação geral, com vista, exactamente, a apresentar ambas as partes e, de alguma forma, não entrar no detalhe dos problemas, mas tentar perceber os mais profundos; obviamente que daqui para a frente, todo o trabalho a nível das escolas vai exigir um trabalho bilateral, acompanhado de visita, para sentir no local as carências da escola, tendo tido a noção de que, a apreciação nestas reuniões, foram apreciações diversas, desde escolas que louvavam a intervenção da Câmara Municipal, com rasgados elogios, passando por outras que, teceram elogios menos rasgados, em que, de facto, apontaram já para problemas muito concretos, ou de incapacidade de resposta, que as pessoas percebem, porque lhes foi explicado, dentro do possível, nesta reunião, ou seja, o porquê da Câmara ainda não ter podido responder a esta ou àquela pretensão, que era perfeitamente legítima, até outras situações muito mais concretas e de detalhe, que, realmente, exigem o tal trabalho de terreno e muito próximo das escolas. Pessoalmente, e a nível da Educação, já desenvolveu algumas diligências internas, no sentido de procurar esta articulação, pelo que, dentro em breve, terá que ser feita uma reunião a nível da Vereação, com os diversos Pelouros que terão que se cruzar e que no fundo, são quase todos, exactamente, para ser definida uma actuação articulada; para tal, está a ser feita na rectaguarda, aquilo a que chama uma fotografia informatizada da escola, estando a Divisão de Educação a par das carências, mas vale a pena ser feito um trabalho mais profundo e, de facto, ter a tal fotografia da escola informatizada e que fornece todos os elementos e uma ideia muito

clara do que são as pretensões e a evolução do concelho nesta matéria, para poderem ser conciliadas todas as vertentes, razão pela qual, amanhã e na continuação destas reuniões e para depois se passar ao terreno, irá ter lugar uma reunião com as Escolas EB Dois-Três e as Escolas Secundárias, estando também agendada uma reunião, na sequência destas reuniões, com a Federação da Associação de Pais e com várias Associações de Pais, para se poder ver, como trabalhar em conjunto e mobilizar esforços. ----------

---------- Seguidamente, deu conhecimento que, na sequência da deliberação que foi aprovada em reunião de Câmara no dia quatro de Fevereiro de noventa e oito, teve oportunidade de participar na reunião da Comissão de Protecção de Menores de Oeiras, criada pela Portaria oitenta e nove, de noventa e cinco, de trinta e um de Janeiro, e nesta reunião, para além da passagem do testemunho da Presidência da Comissão, da Senhora ex-Vereadora Virgínia de Carvalho para si, tiveram oportunidade de, pela primeira, vez, ter contacto com a actividade desta Comissão, através de uma leitura que foi feita do seu Relatório de Actividades de mil novecentos e noventa e sete e como uma coisa é assistir a uma leitura sem ver em profundidade e sem ter conhecimento daquilo que o membro do Ministério Público considera confidencial, razão pela qual, ainda terá que fazer esta triagem, mas a sua ideia é, uma vez que considera que realmente, os assuntos que por lá passam são extremamente importantes, exigindo também, uma articulação muito grande das diversas áreas que todos os Vereadores possuem nos diversos Pelouros, pelo que, tem que haver um trabalho conjunto, porque, uma coisa que causa aflição e que não é ficar frustrada ou deprimida, pois as pessoas já sabem minimamente, os assuntos que lá vão ser abordados, mas chegou ao fim desta primeira reunião, exactamente, da mesma forma como estava no início, ou seja, pressentiu que, com certeza, ia ter oportunidade de perceber que há inúmeras entidades e organizações, a sinalizar casos, a identificá-los e a diagnosticar situações, mas depois, em termos de sequência, de encaminhamento e acompanhamento, ficou com a sensação que o trabalho da Comissão de Protecção de Menores de Oeiras não é de forma

alguma inglório, mas só pode acudir a uma franja muito limitada. ----------

----------Prosseguindo, referiu que, teve oportunidade, ontem, de assistir a uma exposição do Projecto de Apoio à Família e à Criança, no âmbito do Ministério do Emprego e Solidariedade Social, que é um projecto que, no fundo, também não vem dar resposta, pois não tem Centros de Acolhimento, acabando também por diagnosticar situações e nada mais do que isto, apesar de as pessoas terem tido toda a abertura na apresentação do projecto, mas não pode dizer que foram tão bem recebidas como isso porque, falta-lhes no fundo, a tal capacidade de resposta que todos estavam à espera e no fundo, as conclusões é que, pouco se avançou, apesar de terem sido já marcadas algumas reuniões, com o objectivo de aumentar o número de intervenções, porque se virem quatro ou cinco casos, os outros casos que são vistos pela Comissão de Protecção de Menores de Oeiras ou por outra entidade, acabam por ser mais, no geral, acabando por ter uma abrangência maior, razão pela qual, gostaria de dar a conhecer esta situação. ----------

----------Prosseguindo, referiu que foi apontada, apesar de tudo, e presume que estas Comissões de Protecção de Menores, até pelo conjunto de entidades de envolvem, em termos práticos, são capazes de não surtir muito efeito, ou seja, em termos de operacionalidade, tendo sido indicada a Comissão de Protecção de Menores de Oeiras como uma modelar no conjunto de actividades das Comissões de Protecção de Menores e querem, inclusivé, alguns projectos piloto que possam ser desenvolvidos nesta área, tendo sido inquirido se a Comissão de Protecção de Menores de Oeiras estava receptiva ou não, a desenvolvê-los no Concelho, ao que foi respondido afirmativamente. ----------

----------Seguidamente, deu conhecimento de algumas conclusões de uma reunião que teve hoje na Administração Regional de Saúde, exactamente, subordinada ao tema das Farmácias, ou seja, as Farmácias existentes, os turnos e novas Farmácias, tendo esta reunião contado com a participação de Oeiras e Cascais, exactamente, pelas situações de confluência que obrigam a gizar toda uma rede, ponderando os dois Concelhos; assim sendo, no Concelho de Oeiras estão,

neste momento, a funcionar vinte e nove farmácias, tendo Paço de Arcos quatro, Porto Salvo uma, Linda-a-Velha três, Carnaxide duas, Barcarena e Queijas uma cada uma, Oeiras oito, Algés sete, Cruz Quebrada duas, sendo a sua distribuição por freguesias.----------

---------- Prosseguindo, referiu que, houve uma proposta em mil novecentos e noventa e quatro, que veio à Câmara, tendo sido aceite e encaminhada para a Administração Regional de Saúde, onde eram propostas mais sete farmácias ou seja, uma em Paço de Arcos, mais propriamente, em Laveiras; uma em Porto Salvo, no Bairro de Auto-Construção; uma em Linda-a-Velha, no Alto de Santa Catarina; uma em Carnaxide, na Outurela; uma em Barcarena, na Quinta do Sobreiro; uma em Queijas e uma em Oeiras, na zona da Medrosa, tendo sido estas sete que foram pedidas e analisadas, pois é feita uma primeira análise, a nível da Administração Regional de Saúde e depois é que os processos são encaminhados para o Infarmed.----------

---------- Continuando, referiu que, teve oportunidade de saber que, neste momento, das sete farmácias que foram solicitadas, a de Porto Salvo, o concurso já foi lançado, as primeiras listas foram publicadas e está numa fase final, ou seja, por parte do Infarmed, em princípio, em Junho, o processo do concurso estará encerrado; outra farmácia que também já está em processo de concurso, mas a primeira lista ainda não foi publicada, é a da Quinta do Sobreiro, em Barcarena, terminando o processo, por parte do Infarmed, em Setembro de mil novecentos e noventa e oito.

---------- Relativamente à farmácia de Linda-a-Velha, no Alto de Santa Catarina, a de Queijas e a de Carnaxide, na Outurela, estão numa fase de apreciação por parte do Infarmed, mas reúnem todos os requisitos para a abertura das farmácias, e se não houver nenhum acidente de percurso, a qualquer momento, podem informar a Câmara sobre esta decisão. Por outro lado, há decisões negativas, relativamente à de Paço de Arcos - Laveiras e de Oeiras - Medrosa, indo o Infarmed indeferir os processos por um problema de capitação, pois através da Portaria oitocentos e seis, de oitenta e sete, de vinte e dois de Setembro, que, no fundo regulamenta todas estas matérias, obriga a que, haja por cada farmácia, cerca de seis mil habitantes e a situação de Oeiras está

deficitária em termos de habitantes e a situação de Laveiras é de que, faltam cento e tal habitantes para chegar aos seis mil, situação esta que parece ridícula, porque se se tivessem em consideração outros indicadores que não os do censo, até porque existem outros indicadores muito mais próximos, resultantes, exactamente, de toda a informação e manancial que a Câmara tem, mas a resposta que obteve foi que, de facto, existe uma bitola comum e tem que ser utilizada de Norte a Sul, sendo muito difícil, neste momento, estarem a abrir excepções para a Câmara A ou B, independentemente de saberem que o Concelho de Oeiras vai sair penalizado, pelo facto de ter muita informação podem passar o Concelho para outra fase do processo.---------

----------No que concerne a Oeiras - Medrosa, a situação é mais complicada e a curto prazo, a Câmara vai colaborar para que as pessoas em geral e a Administração Regional de Saúde em concreto, percebam a evolução que está a ter, mas existe uma outra situação, ou seja, a oitava farmácia de Oeiras está mal localizada e a Infarmed admite uma nova localização, pelo que, esta situação passaria pelo entendimento entre os diversos proprietários, o que nem sempre é fácil, facto este perceptível durante a reunião.----------

----------No que diz respeito à extensão do Centro de Saúde de Paço de Arcos, que está considerada em PIDAC, está adjudicada e pode garantir com toda a segurança que, as obras vão ser iniciadas em mil novecentos e noventa e oito, indo verificar qual é o valor que está indicado no PIDAC, porque tal como disse o representante do Ministério, o valor era muito elevado, tendo ficado um pouco incrédula relativamente ao avanço em mil novecentos e noventa e oito.----------

----------Por último, no que diz respeito à questão colocada pelo Senhor Vereador Arnaldo Pereira, esclareceu que, na realidade, são Escolas Secundárias Dois-Três; no entanto, está prevista a marcação de uma reunião com a DREL, para abordar os vários problemas existentes, estando esta reunião agendada para a próxima semana, onde vão ser analisadas todas as questões em detalhe e, posteriormente, dará mais pormenores. ----------

**O Presidente,**

**----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---**

**11 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR TAVARES SALGADO: ----------**

----------O Senhor Vereador Tavares Salgado iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara que esteve presente no dia sete, juntamente, com o Senhor Presidente na inauguração de uma exposição de pintura e escultura, que teve lugar na Galeria Verney, exposição esta bastante concorrida, pois a reputação da Galeria já ultrapassou as fronteiras do Concelho de Oeiras, havendo pessoas de fora do Concelho que vêm de propósito à Galeria, de onde saiu para assistir em Vila Fira, à tomada de posse dos corpos sociais da Associação Vila d'Artes, associação esta que tem como objectivo a promoção cultural dos seus sócios, nomeadamente, no campo da pintura, artesanato, azulejaria, bem como, dar apoio às crianças, aos jovens e aos idosos, num intercâmbio artístico entre as diversas faixas etárias, estando sediada em instalações cedidas pela Câmara. --- ----------

----------Durante esta intervenção entrou na sala o Senhor Presidente.----------

**O Presidente,**

----------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---

**12 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR LUÍS PIRES:**----------

----------O Senhor Vereador Luís Pires iniciou a sua intervenção, desejando à Senhora Vereadora Teresa Zambujo e ao Senhor Vereador Lopes Neno, o maior sucesso no esforço e dedicação que concerteza vão pôr ao serviço dos SMAS, para melhorar a qualidade dos serviços prestados aos munícipes e que seja coroado de êxito todos os esforços envidados neste sentido.--

----------Seguidamente, deu conhecimento de ter entrado em contacto com algumas pessoas, nomeadamente, de terceira idade, residentes em Linda-a-Velha que vêm manifestando há já algum tempo a necessidade de criação de um transporte circular que sirva os pontos fundamentais como os Correios e, principalmente, o Centro de Saúde, pois este está localizado numa das extremidades de Linda-a-Velha e os habitantes idosos têm uma certa dificuldade em lá se deslocarem, estando os Correios em situação idêntica, razão pela qual, é importante criar um transporte circular, ou até mesmo a Câmara criar um serviço municipal que preste esse apoio.----

**O Presidente,**

**----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---**

**13 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR EMANUEL MARTINS: ----------**

----------O Senhor Vereador Emanuel Martins iniciou a sua intervenção dando os parabéns à Senhora Vereadora Teresa Zambujo e Senhor Vereador Lopes Neno, pela tomada de posse do Conselho de Administração dos SMAS, cerimónia esta à qual não pôde assistir devido a razões de ordem profissional e que lastima. ----------

----------Seguidamente, e no âmbito da cerimónia da tomada de posse do Conselho de Administração dos SMAS, deu conhecimento que teve oportunidade de ler os discursos feitos, com vista a saber quais são os caminhos dos SMAS no futuro e, curiosamente, deu-se conta que nesta cerimónia, estando presente o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Amadora, este não se tivesse pronunciado para que se soubesse de fonte fidedigna qual era a sua posição relativamente ao futuro dos SMAS, mas concerteza que deve ter havido alguma razão de protocolo que desconhece e sobre o qual o Senhor Presidente poderá dar uma explicação.---------

----------No que diz respeito ao pessoal ao qual foram feitos alguns louvores, nomeadamente ao pessoal das actas da Assembleia Municipal, do qual é testemunha do seu empenhamento, foram também feitos outros louvores, como por exemplo, ao pessoal dos SMAS e não só, estando à vontade para repetir aquilo que muitas vezes tem dito, ou seja, a Câmara de Oeiras tem, a nível de pessoal, dos melhores quadros que há em Câmaras deste País, porque, dificilmente, se consegue uma elite de funcionários como a que a Câmara de Oeiras possui, devendo este facto ser realçado e como é daquelas pessoas que defende em qualquer circunstância que o aproveitamento político dos funcionários não deve ser feito e diz isto do ponto de vista do seu partido, porque os funcionários servem a Câmara e não os partidos políticos e é assim que se deve pugnar para que continue, assim sendo, e associando-se aos votos de louvor que foram formulados, até porque, na circunstância de, inicialmente, a conversa havida sobre as actas, poderia fazer supor um padrão de crítica em relação ao Serviço de Actas da

Câmara Municipal, dado que recebeu agora a acta de uma reunião de há quinze dias atrás, é justo que se diga que recebeu também a acta da semana passada, e a transformação a que as actas estão sujeitas, devido à solicitação da bancada do PS, deve merecer da parte dos Senhores Vereadores uma palavra de estímulo e de louvor, porque de facto, fez uma rápida leitura das actas, apesar de não ter sido com tanta atenção como será com uma segunda leitura, mas foi o suficiente para poder dizer que julga que, as funcionárias, da Repartição de Actas estão de parabéns, pois prestam um bom serviço, merecendo as suas actas a total confiança deste Executivo Camarário, sendo um bom exemplo de funcionários que procuram servir sempre melhor o Município. ----------

---------- Por último, inquiriu o Senhor Presidente, relativamente a uma questão suscitada por dois telefonemas que recebeu, por parte de dois munícipes e a questão que irá colocar é porque, julga entender que a observação que lhe foi feita se refere ao Município e não a ninguém em particular, ou seja, foi questionado se é verdade que o IGAT está a fazer inspecções à Câmara de Oeiras, solicitando respostas sobre processos, com data marcada até ao dia nove de Março, pelo que, gostaria de saber se esta situação é verdadeira ou não, e se é matéria do conhecimento de toda a Câmara, ou se é confidencial.----------

---------- Por último, inquiriu o Senhor Presidente relativamente à conversa havida na passada semana, sobre os choupos situados no Alto da Barra e se, de facto, seguiu o processo que o Senhor Presidente tinha indicado e se, seguindo-o ou não, houve da parte dos moradores uma melhor compreensão e se está estabelecida a concórdia nesta zona. ----------

**O Presidente,**

**----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---**

**14 - INFORMAÇÕES - SR. VEREADOR JORGE BICÓ DA COSTA: ----------**

----------O Senhor Vereador Jorge Bicó da Costa usou da palavra apenas para desejar as maiores felicidades à Senhora Vereadora Teresa Zambujo e ao Senhor Vereador Lopes Neno, pela tomada de posse no Conselho de Administração dos SMAS.----------

**O Presidente,**

----------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---

**15 - INFORMAÇÕES - SR. PRESIDENTE:** ----------

----------O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção dando conhecimento à Câmara de que a Senhora Vereadora Elisa Damião não poderá estar presente na reunião por estar na Assembleia da República no desempenho das suas funções de Deputada Parlamentar. ----------

----------De seguida, deu conhecimento do Relatório elaborado pela Chefe da Divisão dos Assuntos Sociais, relativamente à sua participação na conferência "Trabalhar com Imigrantes", que se realizou em Liverpool, o qual é do seguinte teor: ----------

----------"Sob promoção do Município de Liverpool, realizou-se a vinte e dois e vinte e três de Janeiro a conferência "Trabalhar com Imigrantes". ----------

----------Foram definidos como objectivos gerais desta iniciativa: ----------

---------- - a apresentação de informação sobre três projectos - Inglaterra, Alemanha e Suécia - que têm sido desenvolvidos em parceria desde mil novecentos e noventa e cinco no âmbito do Programa Horizon and Now; ----------

---------- - ouvir os testemunhos de pessoas que foram migrantes em diversos Países Europeus; - ----------

---------- - conhecer recursos nesta área a apresentar em Workshops durante a Conferência. ---

----------Faremos em seguida referência aos projectos mencionados: ----------

----------Um - Casa de Negócios/início de novos negócios para imigrantes (Estocolmo/Suécia) ----------

----------Este projecto pretende dar oportunidade para a concretização de uma boa ideia de negócio. --- ----------

----------O espaço é cedido, no âmbito do Projecto sendo igualmente oferecido aconselhamento e suporte ao desenvolvimento do negócio através da: ----------

---------- - cedência de um pequeno espaço; ----------

---------- - disponibilização de um serviço de recepção; ----------

---------- - suporte para o desenvolvimento do negócio (estudos de mercado, marketing, contacto com autoridades, etc.);----------

---------- - providenciar educação complementar (exemplo: cursos na área empresarial).-------

---------- Exemplificaremos, em seguida, algumas das iniciativas empresariais criadas - consultadoria nas áreas do marketing e início de negócios, agência de viagens, mediador para intérpretes e traduções, serviços jurídicos, comunicação inter cultural, sapateiro, conselheiro familiar, lavandaria.----------

---------- O Centro dá apoio às empresas de imigrantes seleccionadas para o projecto com suporte durante os primeiros e mais arriscados anos do negócio.----------

---------- Dois - Treinar para o emprego (Liverpool/Inglaterra)----------

---------- Programa integrado no projecto Horizon e destinado à comunidade Somali.----------

---------- Este projecto pretendeu:----------

---------- - treinar trinta Somalis em educação bilingue entre mil novecentos e noventa e seis e mil novecentos e noventa e sete; ----------

---------- - treinar quinze Somalis em estudos de comunicação no mesmo período;----------

---------- - a edição de um jornal bilingue contendo audio cassetes com informação sobre facilidades em serviços e recursos relevantes para a Comunidade Somali na Cidade de Liverpool.

---------- O objectivo do projecto é melhorar os conhecimentos bilingues dos membros da Comunidade Somali e desenvolver as suas habilidades para os capacitar a ter acesso a uma formação mais qualificada e emprego. ----------

---------- Este objectivo será facilitado através da obtenção de treino linguístico e cursos de comunicação. ----------

---------- Três - Forum Multicultural (Lunen/Alemanha) ----------

---------- O objectivo deste Forum é promover a compreensão e cooperação entre todas as

culturas e nacionalidades residentes na Alemanha através de medidas que promovam a forma de viver e trabalhar em conjunto. ----------

----------O Forum Multicultural desenvolve diferentes projectos:----------

---------- - centros de apoio à infância;----------

---------- - serviço social nas Escolas;----------

---------- - trabalho com refugiados;----------

---------- - orientação profissional para mulheres migrantes; ----------

---------- - banda multicultural.----------

----------São organizados:----------

---------- - ateliers de discussão; ----------

---------- - representações teatrais;----------

---------- - sessões audiovisuais; ----------

---------- - debates com escritores.----------

----------Oferece, ainda, ajuda e conselho em termos de orientação profissional:----------

---------- - questões legais / problemas sociais; ----------

---------- - é, ainda, ponto de encontro para clubes, grupos e indivíduos.” ----------

----------Deu conhecimento de seguida que, no dia sete, pelas dezasseis horas, foi inaugurada mais uma exposição na Galeria Verney, desta vez com esculturas da autoria de António Trindade, pinturas da autoria de Manuela Jardim e um livro da autoria de João Aguiar, tendo esta sido uma exposição muito participada, vindo muitas pessoas de fora do concelho de Oeiras, o que denota bem que já há uma clientela própria na Galeria Verney, sendo a sua programação para mil novecentos e noventa e oito, do conhecimento dos Senhores Vereadores, uma vez que já foi distribuído o programa, que denota uma certa ambição, estando também a ser preparado o programa para mil novecentos e noventa e nove, sendo de salientar que cerca de noventa por cento da actividade da Galeria, em termos de custos financeiros é, praticamente garantida por

mecenas, ou seja, todas as exposições são patrocinadas por pessoas ligadas ao concelho de Oeiras. ---- ----------

---------- Seguidamente, deu conhecimento que foi assinado, hoje, o protocolo com a Sociedade Portuguesa de Estudos do Século Dezoito e a Fundação Marquês de Pombal, relativo à cedência de instalações no Palácio do Egipto e também relacionado com as comemorações do Marquês de Pombal .----------

---------- Por último, deu conhecimento que teve uma reunião, na passada sexta-feira, com a administração da Brisa, depois de o Senhor Vereador Lopes Neno ter insistido bastante para que ela se realizasse, uma vez que, já havia conversações entre a Câmara, através do Senhor Vereador Lopes Neno e um dos administradores da Brisa, mas como surgiu um certo desentendimento, realizou-se a referida reunião e a conclusão a que chegou é que, existe acordo sobre todos os pontos de vista, tendo ficado assente que, a Brisa vai construir uma nova portagem a Norte da auto-estrada, ou seja, todo o tráfego que se deslocará para Sintra, Cacém, Porto Salvo, etc., já não sairá na portagem actual, saindo directamente na auto-estrada, numa portagem que dará acesso a uma rotunda por baixo da auto-estrada, ou seja, quando se entra em Porto Salvo vira-se à esquerda, onde vai continuar a Variante da Estrada Nacional Duzentos e Quarenta e Nove-Três.----------

---------- Por outro lado, vão ser colocadas mais duas cabines na portagem actual, o que significa que, a portagem vai ficar com seis cabines, sendo quatro a Norte e duas a Sul, estando a Brisa na disposição de iniciar a obra brevemente a Norte, mas existe um problema, porque a rotunda custa quarenta mil contos, devendo ser a Junta Autónoma de Estradas a pagar esta verba, pois insere-se na Variante Duzentos e Quarenta e Nove-Três, e a Junta Autónoma de Estradas não se vai opor a esta obra, mas o problema é a urgência, estando a Câmara na disposição de, eventualmente, substituir a Junta Autónoma de Estradas, tendo esta questão sido discutida com a Brisa, mas o ideal seria que a Brisa incluísse na sua empreitada a construção da rotunda, e para

tal foi preparada a minuta do protocolo, mas entretanto, verificou-se que o protocolo era ilegal porque esta situação configura um ajuste directo, ou seja, a Brisa faria a obra, a Câmara pagava à Brisa e a Junta Autónoma de Estradas pagava à Câmara, mas apesar de as três entidades estarem de acordo, o Tribunal de Contas não dava o visto, razão pela qual, a Câmara vai falar com a Junta Autónoma de Estradas para ver se está na disposição de avançar com um concurso público para a rotunda, pois se não o fizerem, será a Câmara a fazê-lo; todavia, o importante, relativamente, à Brisa é que se chegou a acordo.----------

**O Presidente,**

**----------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---**

**16 - RESPOSTAS ÀS INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES: ----------**

----------O **Senhor Presidente** dando resposta às questões colocadas pelos Senhores Vereadores esclareceu o seguinte:----------

----------No que diz respeito ao comentário feito pelo Senhor Vereador Emanuel Martins, relativamente, ao facto de não se ter ouvido a opinião do Senhor Presidente da C.M.A., durante a tomada de posse do Conselho de Administração dos SMAS e este facto poder estar relacionado com alguma razão de protocolo, a verdade é que é justamente isto, porque os SMAS de Oeiras, dependem do ponto de vista jurídico da C.M.O. e, precisamente por isto não fazia muito sentido que, usassem da palavra os dois Presidentes de Câmara, embora também não houvesse problema caso o Senhor Presidente da C.M.A. tivesse falado. Quanto mais não fosse, por uma questão de cordialidade podia tê-lo convidado para falar, tanto mais que teve oportunidade de referir no seu discurso três ou quatro aspectos referentes à C.M.A. e ao seu Presidente, na medida em que, quer no acto eleitoral, como após o acto eleitoral, em entrevistas dadas pelo Senhor Presidente da C.M.A., referiu, naturalmente, devido a uma questão de má informação, que os SMAS investiam fundamentalmente em Oeiras e que os dividendos também ficavam em Oeiras, mas teve oportunidade de saber que só houve uma distribuição de dividendos (nos cinquenta anos que os SMAS têm), que foi em mil novecentos e noventa e sete, tendo esta distribuição sido feita paritariamente, ou seja quinhentos mil contos para cada Câmara, apesar de a receita dos SMAS ser, da parte de Oeiras setecentos mil contos superior à da Amadora, ou seja, a receita da Amadora anda na ordem de um milhão e quatrocentos mil contos e a receita de Oeiras anda na ordem dos dois milhões e cem mil contos, e apesar de tudo isto, para que não haja melindres, numa gestão que não pode ser mais imparcial do que esta, fizeram-se as contas e dividiu-se ao meio, apesar de Oeiras gerar mais lucro do que a Amadora e esta possuir mais de dez mil consumidores do que Oeiras; mas de qualquer das formas a razão pela qual o Senhor Presidente

da C.M.A. não falou foi meramente protocolar, além de que, também não se mostrou muito interessado em fazê-lo. ----------

---------- No que diz respeito ao comentário formulado pelo Senhor Vereador Emanuel Martins, relativamente à qualidade dos funcionários desta Câmara, naturalmente, que fica sempre muito satisfeito quando tal facto é referido porque, tal como se calcula, uma equipa demora muito tempo a fazer e os funcionários com qualidade também demoram muito tempo a formar, pois têm que ter estímulos, motivações, etc., e quem tem assistido

à qualidade técnica dos funcionários sabe que tem sido gradual e atingiu um nível que não é frequente encontrar em outras Câmaras Municipais, e se a C.M.O. passou à frente de muitas outras é porque assim o merece e tem feito esforços neste sentido, pois ainda hoje teve oportunidade de fazer uma visita ao Gabinete de Estudos com uma pessoa que lida muito com cadastros, cartas topográficas, etc., e que ficou encantada e disse que nunca tinha visto uma coisa deste nível em Portugal, apesar de lidar muito com Câmaras Municipais e com os Serviços Cartográficos do Exército, pois a C.M.O. utiliza, em alguns dos seus sectores, tecnologias de ponta, o que não significa que em outros sectores também não esteja atrasada, mas é indiscutível que, existem algumas áreas nas quais está, significativamente, avançada no que diz respeito a outras Câmaras do País. ----------

---------- No que concerne à questão dos choupos, o Senhor Vereador José Eduardo Costa é a pessoa indicada para a esclarecer, pois é quem está a acompanhar esta situação. ----------

---------- Relativamente, à questão da IGAT, decorreu uma inspecção por parte desta entidade à C.M.O. no ano transacto, que terminou em Agosto, cujo relatório chegou há dias à Câmara, tendo sido remetido aos serviços para resposta, todavia, esta é uma fase confidencial, indo as respostas ser dadas ao nível de três serviços, ou seja, as questões colocadas foram ao nível do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, do Departamento de Finanças e Património e do Departamento de Infra-Estruturas Municipais, tendo as respostas dos serviços que ser

enviadas até trinta dias úteis a contar da data em que a Câmara recebeu o relatório.----------

----------De seguida e no uso da palavra, o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** referiu ao Senhor Presidente que, a questão por si levantada era que, o referido relatório deveria ser distribuído pelos membros da Vereação, ao que o **Senhor Presidente** retorquiu, julgar que não, apesar de não ter nada contra, mas o que poderá ser distribuída é a resposta porque, ainda nem sequer o leu, e como ainda não o fez, não percebe porque razão os Senhores Vereadores o hão-de ler, pelo que, na sua opinião, acha que deve ser distribuída a resposta que os serviços vão dar, retorquindo o **Senhor Vereador Arnaldo Pereira** que, considera que este relatório deveria ser facultado uma vez que, além de ser um relatório à Câmara, pode, eventualmente, envolver e responsabilizar qualquer elemento da C.M.O., ao que o **Senhor Presidente** volveu que, precisamente, por estes motivos, deve ser dado conhecimento da resposta, designadamente aos Senhores Vereadores que já faziam parte do Executivo Camarário nos anos de mil novecentos e noventa, até mil novecentos e noventa e sete; assim sendo, antes do prazo, antes de se enviar a resposta à IGAT, dar-se-á conhecimento aos Senhores Vereadores que, nesta altura, se tiverem algo a corrigir ou a acrescentar, poderão fazê-lo, mas tanto quanto sabe, neste momento, são questões de natureza formal, como seja, ao nível das empreitadas por exemplo, em que há um caso que já está a ser posto, dado que, foi feito um ajuste directo, devidamente, autorizado pela Assembleia Municipal, em mil novecentos e noventa e dois/mil novecentos e noventa e três, no âmbito das obras da Praça Dom Manuel Primeiro, tendo o ajuste directo sido feito com base em preços unitários de mil novecentos e oitenta e nove e a revisão de preços quando foi feita, foi feita com base nos preços de mil novecentos e oitenta e nove; ora bem, se a empreitada foi em mil novecentos e noventa e dois, nos termos da lei, a revisão de preços tinha que incidir em mil novecentos e noventa e dois, ou seja, o que de facto estava inquinado foi os preços unitários reportarem-se a mil novecentos e oitenta e nove, e os serviços o que dizem, com o que está de acordo, é que o facto de a empreitada ter sido adjudicada com os preços unitários de mil

novecentos e oitenta e nove, mesmo tendo em consideração a revisão de preços, era mais vantajoso para a Câmara Municipal, uma vez que, os preços em mil novecentos e noventa e dois já estavam muito mais empolados, de forma que, quando foram fazer as contas da revisão de preços, consideraram os preços unitários, o que significa, na perspectiva da IGAT, que houve pagamentos a mais, pois numa empreitada terá havido trinta mil contos a mais e noutra seis mil contos, ficando assim provado que, a inspecção tem razão nesta matéria; portanto, os serviços já prepararam um despacho no sentido de ser feita a reposição do dinheiro e uma chamada de atenção à técnica que fez as contas, que até é uma excelente técnica, e normalmente, este tipo de situação daria azo a procedimento disciplinar, mas neste caso não há porque já prescreveu, mas quem vai sentir esta situação é o empreiteiro que terá que repor o dinheiro que falta. ----------

---------- Prosseguindo o **Senhor Presidente** esclareceu que, poderá haver alguns problemas de natureza formal com algumas empreitadas e ao nível do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística existem meia dúzia de situações, algumas das quais, no Norte de Oeiras que, segundo informação dada sobre esta matéria o assunto não terá sido devidamente ponderado por parte da Inspecção, sendo para isto que serve o contraditório, porque consideraram alguns prédios que tinham uns cem metros quadrados a mais outros cinquenta metros quadrados a mais e que, nos termos da lei, se traduzem em alterações ao Plano de Pormenor, mas dá-se a circunstância que o Plano do Norte de Oeiras não é um Plano de Pormenor, mas sim um Plano Parcial, mas como tem a mesma designação - P. P. - não se aperceberam, bem da situação, de forma que, não há razão para as sanções aplicadas, mas mal esteja o relatório com as respostas pronto, dará conhecimento aos Senhores Vereadores. ----------

---------- Prosseguindo, o **Senhor Presidente**, deu conhecimento que, está a decorrer uma Inspecção de Finanças desde Setembro, a qual foi interrompida em meados de Novembro e retomada em Janeiro, de forma que, estão na Câmara cinco inspectores das Finanças, o que faz com que, os serviços andem todos atarefados, porque é necessário verificar toda a papelada

trazendo problemas ao próprio funcionamento dos serviços, e até agora foram detectadas três situações de viagens que foram pagas, ou seja, existe a factura da agência de viagens, houve a ordem de pagamento, as viagens foram pagas, mas não havia a autorização do Presidente da Câmara, sendo viagens da Senhora ex-Vereadora Virgínia de Carvalho, porque, normalmente, vem uma informação do Vereador dos serviços que propõe a deslocação a qualquer parte, tendo depois a autorização do Presidente para a despesa, mas o que aconteceu foi que, houve algum problema no circuito, porque o original fica nas Relações Públicas que, de tempos a tempos inutiliza a papelada, indo depois uma cópia para a Divisão de Gestão de Recursos Humanos e para o Departamento de Finanças e Património e o que aconteceu foi que, fizeram-se os pagamentos sem o "autorizo" do Presidente, mas três ou quatro já foram localizados, havendo um que não se encontra, e os que foram encontrados foi através do seu Gabinete porque costuma ficar com uma cópia dos despachos, estando lá o seu "autorizo", ao que o **Senhor Vereador David Justino** esclareceu que, uma das viagens tem a ver com uma deslocação que fez a Braga, para participar no Simpósio do Instituto Nacional de Habitação, em que recebeu, tal como os funcionários, ajudas de custo, mas o hotel foi pago pela Câmara, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que, não deviam ter sido ajudas de custo na totalidade, mas sim cinquenta por cento, casos estes que, só demonstram a profundidade das inspecções, estando os serviços a trabalhar só para isto, porque há coisas que não querem ver e têm que ser os funcionários a ver, o que não pode ser, ao que o **Senhor Vereador David Justino** inquiriu quantas inspecções foram feitas nos últimos doze anos, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que, já foram muitas e há um ano e meio ininterrupto que há inspecções na Câmara, da Segurança Social, do Tribunal de Contas, IGAT e da Inspecção de Finanças, estando esta a fazer mais do que a IGAT e uma das coisas que perguntou à IGAT, foi sobre o Palácio dos Aciprestes, que analisou profundamente e a conclusão a que chegou é que é um processo irrepreensível, estando dentro dos parâmetros legais e em conformidade com o Plano Director Municipal.----------

---------- Seguidamente, fez distribuir pelos novos Vereadores o livro sobre a Política de Habitação no Concelho de Oeiras, que ficou retido durante as eleições autárquicas, para não ser acusado de fazer propaganda, razão pela qual, só o entregou agora. ----------

---------- De seguida, usou da palavra o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** que esclareceu que, relativamente, aos choupos situados no Alto da Barra, amanhã irá ter uma reunião com os administradores das torres do Alto da Barra e, posteriormente a esta, em que será dado um prazo para auscultarem os moradores, será enviada uma carta a todos os moradores desta zona, a explicar o que é que a Câmara pretende fazer, ao que o **Senhor Vereador Emanuel Martins** inquiriu, qual é o objectivo da reunião marcada para amanhã, ao que o **Senhor Vereador José Eduardo Costa** respondeu que, irá expor aos administradores do Alto da Barra, juntamente com os técnicos, o que é que a Câmara pretende fazer e vai pedir que, os administradores convoquem uma reunião de condomínio em todos os prédios e que tragam as actas destas reuniões, dando o prazo que os administradores pedirem; paralelamente, enquanto eles auscultam os moradores, vai enviar uma carta a todos os moradores a esclarecer o que é que se pretende fazer , ao que o **Senhor Vereador Emanuel Martins** retorquiu que, o importante é que os moradores fiquem conscientes do que é que se vai fazer e da bondade da intenção que parece existir. ----------

---------- Relativamente às circunstâncias que trouxeram a IGAT à Câmara, são situações que convêm esclarecer para interesse dos munícipes e do município e como não tinha conhecimento, quis saber, achando que não há inconveniente em saber as respostas dos serviços antes ou depois, sendo certo que, gosta de saber que estas situações existem, para que, ao ser inquirido possa saber responder enquanto Vereador. ----------

---------- No que diz respeito à questão colocada sobre o Presidente da C.M.A. acredita que tenha sido daquelas situações que, por vezes acontecem e nem se dá conta, mas que surgiu porque, na última reunião ouviu o Senhor Presidente fazer alusão às palavras do Senhor

Presidente da C.M.A: e como veio a saber que na cerimónia da tomada de posse do Conselho de Administração dos SMAS, o Senhor Presidente da C.M.A. não se pronunciou sobre o futuro dos SMAS da Amadora, nem mesmo do município, ficou um pouco surpreso e intrigado, razão pela qual colocou a questão ao Senhor Presidente. ----------

**O Presidente,**

**--------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**17 - PROCº. 8857-PL/97 APENSO AO 1763-PL/95 - APROVAÇÃO DO PROJECTO DE INFRA-ESTRUTURAS GERAIS - OUTURELA/PORTELA - SOCIEDADE AGRÍCOLA DA PORTELA DA AJUDA, LDª.:----------**

----------I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

----------"Na sequência da aprovação do pedido de loteamento, a Sociedade Agrícola da Portela da Ajuda, Limitada, apresentou o projecto de infra-estruturas constante do processo oito mil setecentos e noventa e oito-PL/noventa e seis.----------

----------Esse projecto obteve parecer favorável na parte referente a arruamentos e espaços verdes (informação número novecentos e setenta e sete, de noventa e seis, da Divisão de Gestão Urbanística), tendo os SMAS através da informação número quinhentos e vinte e cinco-vinte e oito, de noventa e sete, da Divisão de Projectos e Obras, informado que o projecto relativo a águas e esgotos deveria ser revisto nos aspectos indicados na mesma.----------

----------Com a entrega do projecto registado com o número oito mil oitocentos e cinquenta e sete-PL/noventa e sete o requerente deu cumprimento às questões levantadas pelos SMAS, tendo estes emitido parecer favorável através da informação número cento e vinte e quatro-doze, de noventa em oito, da Divisão de Projectos e Obras.----------

----------Assim, de acordo com a informação número trinta e sete, de noventa e oito, da Divisão de Gestão Urbanística, proponho à Câmara que delibere:----------

---------- -Aprovar o projecto global de infra-estruturas. ----------

---------- -Comunicar ao requerente." ----------

----------II - Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**18 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO CCD PARA CONSTRUÇÃO DAS SUAS INSTALAÇÕES SOCIAIS, EM PORTO SALVO:** ----------

----------I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

----------"Estando projectada a construção das futuras instalações sociais do Centro de Cultura e Desporto em Porto Salvo e a fim de possibilitar e contribuir para a boa execução e prossecução de tal objectivo, proponho a atribuição de um subsídio ao CCD Quatrocentos e Setenta e Sete - Centro de Cultura e Desporto - Organização Social dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Oeiras e dos Serviços Municipalizados, no montante de dois milhões cento e seis mil escudos."----------

----------II - No uso da palavra, o **Senhor Vereador Emanuel Martins** referiu que, em relação ao CCD existem concessões que no seu ponto de vista estão em causa, não o mérito daquele Centro e a gestão que fazem dos recursos, nem sequer da razão pela qual o CCD existe; no entanto, dada a circunstância de serem neófilos nesta Vereação, gostariam de ser esclarecidos, à semelhança do que pedem para qualquer entidade a quem a Câmara concede subsídios, acerca das verbas atribuídas no ano transacto e como foram aplicadas essas verbas, através de um relatório, acrescentando que isso se aplica ao CCD, pois não foi aprovada a proposta apresentada, inicialmente, no valor de quarenta e dois mil contos, não por considerarem a quantia elevada, porque, de facto, se calhar quarenta e dois mil contos até nem é, se souberem para o que serão destinados, pois até podem entender e amanhã aprovar uma proposta no valor de oitenta e quatro mil contos, mas, por outro lado, também podem achar os quarenta e dois mil contos demasiado, se efectivamente as propostas não estiverem fundamentadas, retorquindo o **Senhor Presidente** que, através do relatório de actividades do CCD podem verificar isso, argumentado o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que, não lhes foi distribuído esse documento, pelo que solicitava o seu envio à bancada do PS, na medida em que futuramente, as

propostas que forem apresentadas (pois desde que é Vereador já aprovou quatro ou cinco propostas do CCD), possam ser votadas em consciência, opinando o **Senhor Presidente** que vêm propostas destas a todas as reuniões, parecendo-lhe mais indicado que a bancada do PS reunisse com a Direcção do CCD onde eles fariam uma exposição detalhada da sua actividade, volvendo o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, que isso seria o ideal, na medida em que são obrigados, sistematicamente, a aprovar propostas do CCD das quais não têm conhecimento. -----

---------- Ainda a este propósito, o **Senhor Presidente**, marcou uma reunião para a próxima quarta-feira, pelas catorze horas e trinta minutos, entre a bancada socialista, assim como os Vereadores que estejam interessados em estar presentes e a Direcção do CCD. ----------

---------- Interveio de novo o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, dizendo que a proposta em apreciação não está bem fundamentada, na medida em que se trata de parte de um pagamento de um projecto, pelo que solicitou ao **Senhor Presidente** um esclarecimento mais detalhado, ao que este explicou que se trata de um projecto de execução que está a ser feito pelo Arquitecto Ferreira dos Santos, a quem foi adjudicado pelo CCD, que já avançou com o estudo prévio, o qual está exposto à entrada da Câmara, tratando-se, assim, da primeira tranche, e como serão cinco tranches, foi apresentada esta primeira para pagamento e se o projecto ficar pronto este ano, talvez no final do ano se avance para a abertura do concurso público, cuja obra rondará os duzentos mil contos, questionando de seguida o **Senhor Vereador Emanuel Martins**, de quem é a propriedade das instalações, respondendo o **Senhor Presidente** que é a Câmara a proprietária, o CCD terá usufruto, mas o património é sempre da Câmara, porque nem sequer lhes foi cedido o terreno, argumentando o **Senhor Vereador Emanuel Martins** que não é bem isso que diz a proposta, pois esta menciona a atribuição de um subsídio ao CCD, para a construção das suas instalações, retorquindo o **Senhor Presidente** que, efectivamente, a proposta está mal elaborada, porque o CCD ficará lá instalado somente com usufruto, devendo estas intervenções ficar na acta para melhor esclarecer o assunto. ----------

----------III - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**19 - PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO PARA AQUISIÇÃO DE EXPEDIENTE - IMPRESSOS, LIVROS E CADERNETAS PARA O ANO DE 1998 - PROCº. Nº. 5/98:** ----------

----------I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

----------"Para a aquisição de impressos, livros e cadernetas para o corrente ano, foram consultadas três firmas da especialidade tendo todas elas apresentado proposta com os seguintes valores:---- ----------

---------- -Palma - Artes Gráficas, Limitada - seis milhões setecentos e quarenta e sete mil escudos, acrescido do IVA; ----------

---------- -Imprensa Municipalista - cinco milhões quinhentos e sessenta mil escudos, acrescido do IVA; ----------

---------- -Grafiprogresso, Artes Gráficas, Limitada - quatro milhões trezentos e setenta e um mil trezentos e sessenta escudos, acrescido do IVA.----------

----------Considerando o melhor preço, propõe-se:----------

----------Um - A adjudicação de impressos, livros e cadernetas para mil novecentos e noventa e oito, à firma Grafiprogresso, Artes Gráficas, Limitada, pelo valor de quatro milhões trezentos e setenta e um mil trezentos e sessenta escudos, acrescido de setecentos e quarenta e três mil cento e trinta e um escudos, totalizando o valor de cinco milhões cento e catorze mil quatrocentos e noventa e um escudos. ----------

----------Dois - Aprovação em minuta desta parte da acta."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**20 - PEDIDOS DE VISTORIA AO ABRIGO DO ARTº. 10º. DO R.G.E.U. - NOTIFICAÇÃO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS - DF'S NºS. - 9035, 9036, 9037, 9038, 9039, 9040, 9041, 9044, 9402, 9544, 9649, 9702, 9761 E REGTºS. 32410, 34331 E 35489/98:** ----------

----------I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----------"Face às vistorias efectuadas pela respectiva Comissão resultantes de pedidos anteriormente requeridos pelos respectivos inquilinos, proponho, que esta Câmara Municipal delibere, em conformidade com o artigo décimo, do Regulamento Geral de Edificações Urbanas, notificar os proprietários dos imóveis abaixo discriminados a proceder às obras de beneficiação e salubridade, constantes dos respectivos autos de vistoria: ----------

----------João Arménio Gonçalves Pereira da Costa, proprietário do prédio sito em Algés, Rua da Piedade, quarenta e dois, rés-do-chão esquerdo, rés-do-chão direito, primeiro direito; ----------

----------Manuel Alves, proprietário do prédio sito em Algés, Rua de Olivença, número vinte e seis, terceiro direito;----------

----------Social-Casa, proprietária do prédio sito em Algés, Rua Major Afonso Palla, número vinte e cinco-A; ----------

----------Jorge Freitas F. Gouveia, proprietário do prédio sito em Carnaxide - Praceta Ferreira de Castro, dois, segundo esquerdo;----------

----------Oliveiros Domingos, proprietário do prédio sito em Carnaxide - Praceta Ferreira de Castro, dois, terceiro esquerdo; ----------

----------José J. Brandão Calhau, proprietário do prédio sito em Carnaxide - Praceta Ferreira de Castro, dois, quarto esquerdo; ----------

----------Carlos M. Firmo Monteiro, proprietário do prédio sito em Carnaxide - Praceta Ferreira de Castro, dois, quinto esquerdo;----------

----------Ana Maria Pinto Lopes Lobato e Maria Agostinha Pinto Lopes Oliveira Lobato,

proprietárias do prédio sido em Carnaxide - Praceta Ferreira de Castro, dois, sétimo esquerdo;---

---------- Manuel Alves Ramos, proprietário do prédio sito em Carnaxide - Praceta Ferreira de Castro, dois, oitavo esquerdo; ----------

---------- Judite Durão, proprietária do prédio sito em Carnaxide - Praceta Ferreira de Castro, dois, nono esquerdo; ----------

---------- António J. Britos Palitos, proprietário do prédio sito em Carnaxide - Praceta Ferreira de Castro, dois, primeiro esquerdo; ----------

---------- Manuel Ferreira Ribeiro, proprietário do prédio sito Oeiras - Avenida Assis Chateaubriand, vinte e um, rés-do-chão esquerdo; ----------

---------- Maria Manuela Quaresma Vieira da Silva Castro Neves, proprietária do prédio sito em Oeiras - Rua Lagares da Quinta, quinze, primeiro;----------

---------- Isabel Cabrita, administradora do prédio sito na Figueirinha, Avenida Minas Gerais, número dois; ----------

---------- Luísa Matos Figueiredo, proprietária do prédio sito em Queluz de Baixo - Rua Cândido os Reis, número um; ----------

---------- F.G. Duarte Viana, Empreendimentos Imobiliários, Sociedade Anónima, proprietário do prédio sito em Oeiras - Rua Cândido dos Reis, número trinta e um-B, rés-do-chão. ----------

---------- Que mais seja deliberado dar conhecimento aos requerentes dos resultados das vistorias.”- ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**21 - ATRIBUIÇÃO DE FOGO SITO NO BAIRRO MOINHO A PORTELA, AVª. DOS CAVALEIROS, 15-A - R/C AO AGREGADO DE MARIA HENRIQUETA MURTAS HENRIQUES:** ---------- **I -**

----------I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-------

----------"Na sequência da informação dois mil novecentos e sete, de noventa e sete, do Departamento de Habitação, propõe-se:----------

----------Um - A atribuição ao agregado de Maria Henriqueta Murtas Henriques, residente no Bairro da Quinta de Salregos, número setenta e três-A, em Carnaxide, do fogo T Dois, no Bairro Moinho da Portela, Avenida dos Cavaleiros, quinze-A rés-do-chão.----------

----------Dois - A fixação do valor de renda em vinte e dois mil trezentos e noventa escudos, correspondente ao preço técnico com início no próximo mês de Fevereiro de noventa e oito. -----

----------Três - A aprovação da proposta em minuta. ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**22 - D.H. 126/97 - ARRANJOS EXTERIORES DO Bº. BENTO JESUS CARAÇA, EM OEIRAS, E I - ABERTURA DE CONCURSO LIMITADO:** ----------

----------I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-------

----------"Face à aprovação e integração de alguns projectos desta Câmara Municipal nos programas comunitários designados "Intervenção Operacional de Renovação Urbana", consideradas foram as correspondentes acções no Plano de Actividades do corrente ano.----------

----------O projecto respeitante aos arranjos exteriores do Bairro Bento de Jesus Cara, em Oeiras - E I, constante desse programa, visando a recuperação paisagística dos espaços não tratados, foi elaborado pela firma "Teleflora - Exportação, Importação, Negócio de Flores, Limitada" e o objecto de apreciação pelas Divisões de Espaços Verdes e Equipamento Urbano e de Promoção de Habitação, conforme informações números quatrocentos e cinco, quinhentos e quarenta e três, de noventa e sete, da Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano, cento e dezanove e cento e noventa e sete, de noventa e oito, do Departamento de Habitação, e alterações apensas a que se refere o registo número dois mil quatrocentos e cinquenta e nove, de noventa e oito.----------

----------Por esse facto e atendendo ao total do orçamento - dezanove milhões trezentos e quarenta e cinco mil duzentos e quinze escudos -, ao disposto no artigo quadragésimo nono, conjugado com os números dois e seis, do artigo quinquagésimo, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez Dezembro, com nova redacção dada pelo Decreto-Lei número cento e um, de noventa e cinco, de dezanove de Maio, proponho que esta Câmara Municipal delibere:----------

---------- -Abrir concurso limitado com vista à adjudicação, por série de preços, da empreitada designada em epígrafe, contemplando os trabalhos enunciados na alínea a), do ponto três.um do convite/circular;----------

---------- -Aprovar o processo de concurso, constituído por convite, programa de concurso, projecto - objecto de pareceres favoráveis emitidos pela Divisão de Promoção de Habitação e Divisão de Espaços Verdes e Equipamento Urbano -, caderno de encargos e demais elementos que o constituem;----------

---------- -Designar a Comissão de Abertura das Propostas, que será constituída por: Chefe da Divisão de Promoção, que presidirá, engenheiro encarregue da fiscalização e Chefe da Repartição Administrativa do Departamento de Habitação;----------

---------- -Aprovar a presente proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.---------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**23 - CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS EM DIVERSOS LOCAIS DAS FREGUESIAS DE CARNAXIDE, QUEIJAS E BARCARENA - ADJUDICAÇÃO - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO -SMAS.** ----------

----------I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----------"A Senhora Vereadora Doutora Teresa Zambujo, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, autorizou por despacho de vinte e nove de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito, a adjudicação da empreitada supra referida à empresa António Filipe Teodósio, Limitada, pelo valor de dezoito milhões trezentos e trinta e dois mil escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo de doze meses e demais condições constantes da sua proposta, tendo em conta o relatório da Comissão de Análise das Propostas, junta ao processo. ----------

----------Face ao proposto, propõe-se:----------

----------Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação da empreitada supra referida à empresa António Filipe Teodósio, Limitada, pelo valor de dezoito milhões trezentos e trinta e dois mil escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo de doze meses e demais condições constantes da sua proposta.----------

----------Dois - A celebração de contrato escrito.----------

----------Três - A aprovação da presente proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**24 - CONCURSO LIMITADO SEM APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS PARA ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE REMODELAÇÃO DAS REDES DE ÁGUA NA RUA GENERAL ALVES ROÇADAS E RUA GENERAL FERNANDO TAMAGNINI, NA AMADORA - ADJUDICAÇÃO - CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO -SMAS:** ----------

----------I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----------"A Senhora Vereadora Doutora Teresa Zambujo, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, autorizou por despacho de trinta de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito, a adjudicação da empreitada supra referida à empresa Manuel Simão e Filhos, Limitada, pelo valor de dezanove milhões cento e vinte e um mil oitocentos e dezasseis escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo de um mês e demais condições constantes da sua proposta, tendo em conta o relatório da Comissão de Análise das Propostas, junta ao processo.----------

----------Face ao proposto, propõe-se:----------

----------Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação da empreitada supra referida à empresa Manuel Simão e Filhos, Limitada, pelo valor de dezanove milhões cento e vinte e um mil oitocentos e dezasseis escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a executar no prazo de um mês e demais condições constantes da sua proposta. ----------

----------Dois - A celebração de contrato escrito.----------

----------Três - A aprovação da presente proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**25 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO Á ASSOCIAÇÃO DOS NOVOS ARTISTAS AFRICANOS - CP 02.01.13.11.:** ----------

----------I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----------"A Associação Cultural dos Novos Artistas Africanos - Tchondinôs, tem como objectivo a divulgação da Cultura Africana e integração da sua comunidade, o intercâmbio e aproximação de Culturas, objectivos estes que se inserem no âmbito das relações que esta Autarquia tem mantido com diversas cidades africanas, nomeadamente através das geminações. -

----------Assim, tendo em consideração o intercâmbio de culturas, a divulgação da cultura africana e os benefícios sociais implícitos, propõe-se no âmbito do Projecto "Divulgação da Cultura Santomense Além Fronteira" apresentado pela referida Associação, a atribuição de um subsídio no valor de cento e cinquenta mil escudos, à Associação Cultural dos Novos Artistas Africanos, para apoio à gravação de um CD composto por temas interpretados por músicos africanos e portugueses, cantados em crioulo e em língua portuguesa, com o objectivo de divulgar a cultura e a música de São Tomé e Príncipe. ----------

----------Como contrapartidas terá esta Câmara Municipal a divulgação do apoio prestado, através da inserção do logotipo na contracapa do referido CD. ----------

----------Mais se propõe a aprovação em minuta." ----------

----------II - a Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ----------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**26 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ACAPO - ASSOCIAÇÃO DE CEGOS E AMBLÍOPES DE PORTUGAL, PELA REALIZAÇÃO DA 2ª. JORNADA DO IV CAMPEONATO NACIONAL DE GOALBALL - CP 02.02.13.09.:** ----------

----------I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

----------"A ACAPO - Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, vai realizar, nos dias sete e oito de Fevereiro próximo futuro, a Segunda Jornada do Quarto Campeonato Nacional de Goalball a realizar no Concelho de Oeiras, nomeadamente no Pavilhão dos Esteiros - Cruz Quebrada. - ----------

----------Em virtude dos elevados custos que acarreta a realização deste evento e os fracos recursos financeiros que a organização dispõe, vem a ACAPO solicitar à Câmara Municipal de Oeiras, a concessão de algum apoio financeiro de modo a reduzir os encargos decorrentes da actividade. ----------

----------Deste modo e tendo em conta a natureza do pedido e o carácter social da organização propõe-se a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de cem mil escudos, à Direcção Regional Sul e Ilhas da Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**27 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO A ACTIVIDADES SÓCIO-EDUCATIVAS DAS ESCOLAS DO 1º. CICLO DO ENSINO BÁSICO - PROJECTO PEDAGÓGICO - CP 01.02.13.07.:** ----------

----------I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----------"Um - Introdução ----------

----------Atribui anualmente a Câmara Municipal de Oeiras a cada escola uma Verba Global de Apoio a Actividades Sócio-Educativas que compreende o apoio à realização de projectos pedagógicos específicos, visitas de estudo e demais actividades desenvolvidas no âmbito curricular ou extra-curricular. ----------

----------Este apoio é definido em função da análise do Plano de Actividades enviado por cada escola, tendo por base critérios como o número de alunos, meio de inserção, natureza das actividades a realizar, bem como outros apoios prestados regularmente pela Câmara e/ou outras entidades. - ----------

----------Dois - Proposta----------

----------Feita a análise dos Planos de Actividades recebidos, proponho: ----------

----------Dois.um - A concessão dos apoios às escolas do Primeiro Ciclo, conforme mapa que a seguir se transcreve, perfazendo o montante de oito milhões setecentos e cinquenta mil escudos. --- ----------

----------Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância. ----------

----------Dois.três - Pagamento sequente. ----------

----------Dois.quatro - Comunicação às escolas. ----------

----------Dois.cinco - Aprovação em minuta." ----------

----------"Apoio a Actividades Sócio-Educativas----------

-

----------mil novecentos e noventa e sete/noventa e oito----------

-

----------Escolas EB Um----------

-

---------- Escola / Apoio concedido (milhares de escudos) ----------

---------- Um - Algés número um / quatrocentos e cinquenta ----------

---------- Dois - Algés número dois / duzentos e cinquenta----------

---------- Três - Barcarena número um / cento e dez----------

---------- Quatro - Barcarena número dois / cento e setenta ----------

---------- Cinco - Tercena / trezentos e cinquenta----------

---------- Seis - Valejas / cem ----------

---------- Sete - Outurela/Portela / quatrocentos e sessenta ----------

---------- Oito - Sylvia Philips / quatrocentos e oitenta----------

---------- Nove - Carnaxide número dois / cento e oitenta e cinco----------

---------- Dez - Cruz Quebrada / duzentos e cinquenta----------

---------- Onze - Linda-a-Velha número um / duzentos e vinte ----------

---------- Doze - Linda-a-Velha número dois / trezentos e cinquenta ----------

---------- Treze - Dom Pedro Quinto / trezentos e cinquenta ----------

---------- Catorze - Oeiras número um / trezentos e cinquenta ----------

---------- Quinze - Oeiras número dois / duzentos e sessenta----------

---------- Dezasseis - Oeiras número três / quatrocentos e trinta ----------

---------- Dezassete - Oeiras número quatro / duzentos e cinquenta----------

---------- Dezoito - Oeiras número cinco / duzentos e cinquenta----------

---------- Dezanove - Caxias número um / duzentos----------

---------- Vinte - Caxias número dois / duzentos----------

---------- Vinte e um - Murganhal / duzentos e oitenta----------

---------- Vinte e dois - Paço de Arcos número um / trezentos----------

---------- Vinte e três - Paço de Arcos número dois / duzentos e cinquenta----------

---------- Vinte e quatro - Paço de Arcos número três / trezentos ----------

---------- Vinte e cinco - Paço de Arcos número quatro / trezentos e quinze ----------

---------- Vinte e seis - Porto Salvo número um / trezentos ----------

---------- Vinte e sete - Porto Salvo número dois / cento e trinta ----------

---------- Vinte e oito - Porto Salvo número três / trezentos e cinquenta ----------

---------- Vinte e nove - Ribeira da Lage / cento e vinte----------

---------- Trinta - Cesário Verde / cento e setenta ----------

---------- Trinta e um - Linda-a-Pastora número dois / duzentos e quarenta ----------

---------- Trinta e dois - C.H.E.U.N.I. / trezentos e trinta----------

---------- Total - oito mil setecentos e cinquenta.” ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**28 - ATRIBUIÇÃO DE APOIO AOS PLANOS DE ACTIVIDADES DOS JARDINS DE INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA - PROJECTO PEDAGÓGICO - CP 01.01.13.03.:** ----------

----------I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----------"Um - Introdução ----------

----------Atribui anualmente a Câmara Municipal de Oeiras a cada Jardim de Infância da rede pública uma verba global de apoio ao projecto pedagógico, apoio definido mediante análise do respectivo Plano de Actividades. ----------

----------Dois - Proposta----------

----------Feita a análise dos Planos recebidos, proponho:----------

----------Dois.um - A concessão dos apoios aos Jardins de Infância, conforme mapa que a seguir se transcreve, perfazendo o montante de oitocentos mil escudos.----------

----------Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância. ----------

----------Dois.três - Pagamento sequente.----------

----------Dois.quatro - Comunicação aos Jardins de Infância.----------

----------Dois.cinco - Aprovação em minuta." ----------

----------"Jardins de Infância da Rede Pública----------

-

----------Apoio aos Projectos Pedagógicos mil novecentos e noventa e sete/noventa e oito---------

-

----------Estabelecimento / Apoio concedido (milhares de escudos)----------

----------Um - Algés / noventa e cinco ----------

----------Dois - Valejas / setenta ----------

----------Três - Outurela/Portela / cem ----------

----------Quatro - Quinta da Graça / noventa ----------

---------- Cinco - Número um de Oeiras / cento e cinquenta----------

---------- Seis - Número dois de Oeiras / cento e dez----------

---------- Sete - Alto da Loba / cento e vinte e cinco----------

---------- Oito - Queijas (CHEUNI) / sessenta----------

---------- Total - oitocentos."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.---------

**O Presidente,**

--------**ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998**---------

**29 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LIMITADOS DA VOZ OU LARINGECTOMIZADOS - CP 04.01.13.10.:** ----------

----------I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta: -

----------"Um - Introdução ----------

----------A Associação Portuguesa de Limitados da Voz ou Laringectomizados, é uma Associação de âmbito nacional que tem como principais objectivos a reabilitação da voz ao doente oncológico.----------

----------Esta Associação funciona com apoio do Instituto Português de Oncologia do Porto e tem núcleos no país, um em Almada e outro nos Açores, no Hospital Santo Espírito de Angra do Heroísmo. - ----------

----------Nestes núcleos é prestada toda a assistência pré e pós operatória ao doente e são distribuídos graciosamente pelos mais necessitados meios auxiliares que foram doados pela Confederação Europeia de Laringectomizados: lenços, filtros, cânulas e laringes electrónicas.----

----------Nos últimos anos tem vindo a aumentar o número de laringectomizados. Só no Concelho de Oeiras existem trinta laringectomizados. ----------

----------Dois - Proposta----------

----------Face ao que antecede, proponho: ----------

----------Dois.um - A atribuição de um subsídio no valor de sessenta mil escudos à Associação Portuguesa de Laringectomizados para apoio ao desenvolvimento das suas actividades. ----------

----------Dois.dois - Cabimento contabilístico para esta importância. ----------

----------Dois.três - Pagamento sequente. ----------

----------Dois.quatro - Comunicação à Associação Portuguesa de Limitados da Voz. ----------

----------Dois.cinco - Aprovação em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**--------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**30 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À JUNTA DE FREGUESIA DE PORTO SALVO - CP 03.01.13.03.: ----------**

----------I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

----------"No âmbito do protocolo assinado para transferência dos estabelecimentos de infância sob suporte das Juntas de Freguesia, submete-se à consideração do Executivo a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Porto Salvo, no montante de quatrocentos e catorze mil quatrocentos e oitenta e seis escudos e relativo ao mês de Janeiro.----------

----------Este quantitativo corresponde aos encargos a suportar pela Câmara e que decorrem da diferença entre os encargos mensais com o pessoal do estabelecimento de Infância Creche e Jardim de Infância "O Pingolé" e "O Chorão", Jardim de Infância "Tão Balalão" e o ATL de Vila Fria e o quantitativo recebido da IPSS - Instituição Particular de Solidariedade Social, pela Junta de Freguesia." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**31 - PROCEDIMENTO POR NEGOCIAÇÃO SEM PUBLICAÇÃO PRÉVIA DE ANÚNCIO PARA A AQUISIÇÃO DE UMA MÁQUINA DE FOTOCÓPIAS PARA O SERVIÇO DE REPROGRAFIA DO EDIFÍCIO PAÇO DE ARCOS - ADJUDICAÇÃO - CP 11.07.05.01.: ----------**

----------I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----------"Na sequência da abertura do concurso supra citado, foram consultados três concorrentes, dos quais apenas dois responderam dentro do prazo pretendido, tendo apresentado os seguinte preços:----------

---------- - Tecnimita, Sistemas e Equipamentos, Limitada - MITA DC oito mil e noventa e cinco DR - três milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil escudos, mais IVA; ----------

---------- - Drupa, Limitada - Lanier sete mil trezentos e oitenta e cinco - quatro milhões setecentos e vinte e quatro mil escudos, mais IVA;----------

---------- - Lanier sete mil trezentos e setenta e cinco - três milhões quatrocentos e setenta e sete mil escudos, mais IVA.----------

----------Após uma análise efectuada a estas propostas, constata-se o seguinte: ----------

----------Um - A máquina MITA DC-oito mil e noventa e cinco DR tira oitenta cópias por minuto, enquanto os modelos sete mil trezentos e oitenta e cinco e sete mil trezentos e setenta e cinco da Lanier tiram, respectivamente, oitenta e cinco e setenta e cinco cópias por minuto. ------

----------Dois - Quanto à capacidade de alimentação do papel, verifica-se que a MITA suporta cinco mil folhas, e os modelos sete mil trezentos e oitenta e cinco e sete mil trezentos e setenta e cinco da Lanier suportam, respectivamente, três mil e quinhentas e cinco mil e cem folhas. -------

----------Três - Relativamente ao zoom, a MITA permite fazer uma redução e/ou ampliação de cinquenta e duzentos por cento e as máquinas da Lanier de sessenta e quatro a cento e quarenta e um por cento.----------

----------Quatro - Embora todas estas máquinas venham equipadas com sistema de separação

e agrafamento automáticos, a MITA vem equipada com mais dois acessórios, empilhador automático e furador que permitem, respectivamente, a execução de colecções em contínuo e a sua furação. ----------

---------- A empresa Océ Lima-Mayer, Sociedade Anónima, tendo sido também consultada, apresentou uma proposta e dois aditamentos que, embora tenham dado entrada nesta Câmara Municipal já fora do prazo indicado no ofício-convite, foram analisadas. Assim, enquanto na proposta inicial apresentam a máquina Océ três mil e quarenta e cinco no valor de um milhão oitocentos e noventa e cinco mil escudos, mais IVA, que apenas tira quarenta e cinco cópias por minuto, nos dois aditamentos apresentam os modelos três mil cento e sessenta e cinco (sessenta e cinco cópias por minuto) e três mil e setenta e cinco (setenta e cinco cópias por minuto) nos montantes de, respectivamente, três milhões oitocentos e trinta e cinco mil escudos e três milhões oitocentos e noventa e cinco mil escudos, ambos acrescidos do valor do IVA. ----------

---------- Atendendo ao que era exigido no caderno de encargos e analisando o binómio preço/características técnicas, conclui-se que a máquina mais vantajosa para este Município é a MITA DC-oito mil e noventa e cinco DR.----------

---------- Em face do que antecede, proponho: ----------

---------- - A adjudicação da máquina de fotocópias MITA DC-oito mil e noventa e cinco DR com os respectivos acessórios à firma Tecnimita, Sistemas e Equipamentos, Limitada, pelo montante de três milhões quatrocentos e cinquenta e sete mil escudos, acrescido da importância de quinhentos e oitenta e sete mil seiscentos e noventa escudos de IVA à taxa de dezassete por cento nos termos da alínea c), do número um, do artigo trigésimo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março.----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**32 - AQUISIÇÃO DE ARAME PARA ENFARDAR - ESTAÇÃO DE TRIAGEM DE VILA FRIA - AJUSTE DIRECTO - CP 06.01.06.13.:----------**

----------I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----------"Desde a expansão do projecto de recolha selectiva de embalagens a todo o Concelho, em seis de Março de mil novecentos e noventa e sete, que tem vindo a verificar-se um aumento significativo do trabalho na Estação de Triagem de Vila Fria. ----------

----------De modo a não se verificar uma acumulação exagerada de cartão e outros materiais recicláveis torna-se urgente a aquisição de bobines de arame destinadas a enfardar todo o material proveniente da recolha selectiva para o seu posterior envio às fábricas.----------

----------Face ao que antecede, propõe-se:----------

---------- - Que a CMO delibere aprovar, ao abrigo da alínea c), do número um, do artigo trigésimo sexto, do Decreto-Lei cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, conjugado com o número um, do artigo trigésimo sétimo, do mesmo Decreto-Lei, a adjudicação de trezentas bobines de aproximadamente cinquenta quilogramas de arame, para enfardar, ao preço unitário de cento e cinquenta escudos por quilograma à firma Jofremac. ----------

----------O total da aquisição será de dois milhões duzentos e cinquenta mil escudos, acrescido do IVA (trezentos e oitenta e dois mil e quinhentos escudos), conforme orçamento junto ao processo.----------

---------- - Que a CMO delibere aprovar em minuta a presente proposta."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**33 - ABATE E ALIENAÇÃO DE UMA VIATURA MISTA, TIPO FURGÃO, MARCA MERCEDES BENZ, MATRÍCULA ES-43-00:----------**

----------I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----------"Um - Considerando que a viatura acima identificada, adquirida em mil novecentos e setenta e nove, se encontra fortemente degradada, não se justificando já quaisquer reparações tendentes à sua eventual recuperação e encontrando-se imobilizada já há vários meses por total incapacidade operacional. ----------

----------Dois - Considerando que a "Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos", manifestou o seu interesse, através do ofício número cento e nove, de noventa e oito, de vinte e dois de Janeiro de mil novecentos e noventa e oito, junto ao processo, em que a referida viatura lhes fosse cedida gratuitamente para posterior recuperação, sendo os respectivos encargos suportados exclusivamente por aquela Associação, propõe-se: ----------

----------Três - Que a Câmara delibere aprovar o abate à sua frota de viaturas mistas, da viatura mista tipo furgão, marca Mercedes Benz, matrícula ES-quarenta e três-zero zero, sendo também aprovada a sua posterior alienação ao património municipal, a favor da "Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Paço de Arcos". ----------

----------Quatro - Que esta proposta seja aprovada em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**34 - ANULAÇÃO DE DÉBITO EM NOME DE MARIA ENCARNAÇÃO ROSÁRIO BARCA LOPES: ----------**

----------I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----------"Através da guia de receita virtual, número novecentos e noventa/H zero sete, de dez de Dezembro de noventa e sete, foi debitada ao tesoureiro, a taxa de ocupação relativa ao mês de Dezembro, do terrado suplementar e terrado fixo de flores, no mercado de Linda-a-Velha, em nome de Maria Encarnação Rosário Barca Lopes, no valor de onze mil e cem escudos. ----------

----------De acordo com a informação número nove, de noventa e oito, da Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária, de oito de Janeiro de noventa e oito, do Encarregado de mercados, Senhor João Pinho, foi por este confirmado, que a concessionária não utilizou o respectivo terrado suplementar, pelo que se propõe a anulação do referido débito."-----

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**35 - ANULAÇÃO DE DÉBITO EM NOME DE ARTUR HENRIQUE JESUS LOPES:----------**

----------I - O Senhor Vereador José Eduardo Costa apresentou à Câmara a seguinte proposta:

----------"Através da guia de receita virtual, número mil e vinte e dois /H zero sete, de dez de Dezembro de noventa e sete, foi debitada ao tesoureiro, a taxa de ocupação relativa ao mês de Dezembro, do terrado suplementar de flores, no mercado de Caxias, em nome de Artur Henrique Jesus Lopes, no valor de seis mil e seiscentos escudos. ----------

----------De acordo com a informação número oito, de noventa e oito, da Divisão de Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária, de oito de Janeiro de noventa e oito, do Encarregado de mercados, Senhor João Pinho, foi por este confirmado, que o concessionário não utilizou o respectivo terrado suplementar, pelo que se propõe a anulação do referido débito."-----

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**36 - DIM/DAD-302/97 - FORNECIMENTO E MONTAGEM DE 125 FRADES METÁLICOS NO JARDIM CESÁRIO VERDE - QUEIJAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.02.06.04.: ----------**

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro e único auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de um milhão quatrocentos e vinte e dois mil escudos, o qual corresponde: ----------

----------Trabalhos previstos - novecentos e oitenta e sete mil e quinhentos escudos ----------

----------Trabalhos a mais de natureza prevista - quatrocentos e trinta e quatro mil e quinhentos escudos. ----------

----------Segundo a informação número setenta, de noventa e oito, da Divisão de Administração Directa, a empreitada encontra-se concluída, pelo que se solicita a aprovação de quatrocentos e trinta e quatro mil e quinhentos escudos, referentes à colocação de mais cinquenta e cinco frades. ----------

----------Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: - ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de quatrocentos e trinta e quatro mil e quinhentos escudos; ----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de um milhão quatrocentos e noventa e três mil e cem escudos, o qual inclui a importância de setenta e um mil e cem escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Mosaico - Publicidade, Limitada. ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**37 - DIM/DEIM-192/97 - RDL-2/97 - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE BARCARENA - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.27.:** ---------------------------------------------------------------------------------

------------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

------------“Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de três milhões seiscentos e cinquenta e três mil seiscentos e cinquenta e cinco escudos, o qual corresponde a:-----------------------------------------------------------------------------------------------

------------Trabalhos previstos - três milhões cento e sessenta e quatro mil novecentos e cinco escudos---- -----------------------------------------------------------------------------------------------

------------Trabalhos a mais de natureza prevista - quatrocentos e oitenta e oito mil setecentos e cinquenta escudos.-----------------------------------------------------------------------------------------

------------Os trabalhos a mais de natureza prevista devem-se ao facto de terem sido ultrapassadas as quantidades previstas para arranque e reposição de lancil, fornecimento e assentamento de tampas e aros para caixas de visita, construção de sarjetas e arranque de tampas de betão e remoção a vazadouro, carecendo o valor de quatrocentos e oitenta e oito mil setecentos e cinquenta escudos de aprovação. ----------------------------------------------------------

------------Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: - -----------------------------------------------------------------------------------------------

------------ - A aprovação dos trabalhos acima referidos como trabalhos a mais da empreitada no valor de quatrocentos e oitenta e oito mil setecentos e cinquenta escudos; ----------------------

------------ - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de três milhões oitocentos e trinta e seis mil trezentos e trinta e oito escudos, o qual inclui a importância de cento e oitenta e dois mil seiscentos e oitenta e três escudos de IVA à taxa de cinco por cento

e o sequente pagamento à firma Alves Ribeiro, Limitada.----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**38 - DIM/DEIM-146/97 - ARRANJO DAS RUAS JÚLIO DANTAS E GASPAR CORREIA, EM QUEIJAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.02.03.: ----------**

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de dois milhões setecentos e dezanove mil oitocentos e trinta e três escudos, o qual corresponde a: -------

----------Trabalhos previstos - dois milhões trezentos e quarenta e dois mil e trinta e oito escudos---- ----------

----------Trabalhos a mais de natureza prevista - trezentos e setenta e sete mil setecentos e noventa e cinco escudos.----------

----------Os trabalhos a mais de natureza prevista devem-se ao facto de terem sido ultrapassadas as quantidades previstas para escavação em terra, fornecimento e assentamento de manilhas de betão com diâmetro de trezentos milímetros, execução de ramais de sumidouro e fornecimento e assentamento de lancil de zero vírgula treze metros de espessura, carecendo o valor de trezentos e setenta e sete mil setecentos e noventa e cinco escudos de aprovação.---------

----------Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: - ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos acima referidos como trabalhos a mais da empreitada no valor de trezentos e setenta e sete mil setecentos e noventa e cinco escudos; ----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões oitocentos e cinquenta e cinco mil oitocentos e vinte e cinco escudos, o qual inclui a importância de cento e trinta e cinco mil novecentos e noventa e dois escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Armando Cunha, Limitada.----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta.”----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**39 - DIM/DAD-335/97 - INSTALAÇÕES BALNEÁRIAS E SANITÁRIAS DE CAXIAS - MERCADO DE CAXIAS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 08.02.03.04.:----------**

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de quatrocentos e oitenta e dois mil oitocentos e setenta escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.----------

----------Verificou-se ainda a existência de trabalhos a menos, no montante de cento e vinte e quatro mil e sessenta e dois escudos, referentes à não execução de uma porta em chapa de ferro, visto já existir uma nos balneários das Senhoras. ----------

----------Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: - ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos a menos no montante global de cento e vinte e quatro mil e sessenta e dois escudos;----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de quinhentos e sete mil e catorze escudos, o qual inclui a importância de vinte e quatro mil cento e quarenta e quatro escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Mateus & Irmãos, Limitada. ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**40 - DHI-89/95 - OBRAS DE RECUPERAÇÃO NA MÃE-DE-ÁGUA DE CARNAXIDE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 2º. E ÚLTIMO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 11.05.03.08.: ----------**

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Pela Divisão de Administração Directa, foi elaborado o segundo e último auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de duzentos e onze mil e setecentos escudos, o qual corresponde:----------

----------Trabalhos previstos - cento e setenta e três mil e setecentos escudos ----------

----------Trabalhos a mais de natureza não prevista - trinta e oito mil escudos. ----------

----------Segundo a informação número quarenta e quatro, de noventa e oito, da Divisão de Administração Directa, os trabalhos a mais de natureza não prevista referem-se à montagem de uma porta em acrílico no acesso à nascente, que não foi prevista na empreitada mas que no decorrer da mesma se verificou ser necessária, a fim de preservar a nascente, aquando das visitas que normalmente se efectuam na Mãe-de-Água e cujo montante é de trinta e oito mil escudos. ---

----------Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: - ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos a mais no montante de trinta e oito mil escudos; ---------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante de duzentos e vinte e dois mil duzentos e oitenta e cinco escudos, o qual inclui a importância de dez mil quinhentos e oitenta e cinco escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Adérito Augusto Dias, Limitada.----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**41 - SINALIZAÇÃO VERTICAL JUNTO AO Nº. 3, DA RUA 7 DE JUNHO, EM BARCARENA: --**

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Através do ofício registado sob o número vinte e sete mil quatrocentos e cinquenta e nove, de noventa e sete, de dois de Outubro de noventa e sete, solicita a Junta de Freguesia de Barcarena a colocação de sinal de estacionamento proibido junto ao número três, da Rua Sete de Junho, em Barcarena. ----------

----------Tratando-se de um acesso (lancil rebaixado) a um caminho público e a um portão da Escola Primária de Barcarena, conforme consta do parecer exarado na informação número seiscentos e vinte e cinco, de noventa e sete, da Divisão de Estudos e Projectos/Trânsito, com o qual concordo, proponho que a Câmara delibere autorizar:----------

---------- - A colocação de sinalização vertical, de estacionamento proibido junto ao número três da Rua Sete de Junho, em Barcarena;----------

---------- - A aprovação da presente proposta em minuta."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**42 - DIM/DEIM-193/97 - RDL 3/97 - REPARAÇÃO DE ARRUAMENTOS NA FREGUESIA DE CARNAXIDE - APROVAÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS MAIS ESTIMATIVA DE CUSTOS - CP 09.01.03.28.: ----------**

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"No decorrer da empreitada verificou-se a necessidade de executar alguns trabalhos, não previstos no orçamento inicial, tais como fornecimento e aplicação de lancil de betão e de tubo PVC (para travessias de rede de rega), execução de um muro de alvenaria e modelação de terreno, entre outros, pelo que se solicitou ao adjudicatário a apresentação de uma proposta de preços unitários.----------

----------Através das telecópias números setenta e quatro e cento e seis, apresentou a firma adjudicatária os preços unitários que depois de analisados foram considerados aceitáveis, pelo que e com base nos mesmos foi elaborada uma estimativa de custos para a sua execução, junta à informação oitenta e quatro, de noventa e oito, da Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais e importa em três milhões cento e sessenta e cinco mil e dez escudos. ----------

----------Tendo concordado com o exposto, proponho: ----------

---------- - A aprovação dos preços unitários apresentados pelo adjudicatário;----------

---------- - A aprovação dos trabalhos acima referidos como trabalhos a mais da empreitada no montante de três milhões cento e sessenta e cinco mil e dez escudos, ao qual se acresce o valor de cento e cinquenta e oito mil duzentos e cinquenta e um escudos, referente ao IVA à taxa de cinco por cento;----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**43 - DIM-149/96 - BENEFICIAÇÃO DA AVª. DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALGÉS - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 4º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.06.:** ----------

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o quarto auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de dois milhões setecentos e doze mil novecentos e dez escudos, o qual corresponde a: ----------

----------Trabalhos previstos - dois milhões trezentos e noventa e nove mil quatrocentos e sessenta escudos ----------

----------Trabalhos a mais de natureza prevista - trezentos e treze mil quinhentos e quarenta escudos. --- ----------

----------Os trabalhos a mais de natureza prevista devem-se ao facto de terem sido ultrapassadas as quantidades iniciais para fornecimento de lancil e alteamento de caixas de visita, carecendo de aprovação.----------

----------Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: - ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos acima referidos como trabalhos a mais da empreitada no valor de trezentos e treze mil quatrocentos e cinquenta escudos; ----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de dois milhões oitocentos e quarenta e oito mil quinhentos e cinquenta e seis escudos, o qual inclui a importância de cento e trinta e cinco mil seiscentos e quarenta e seis escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Armando Cunha, Limitada.----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**44 - DHI-134/94 - REPERFILAGEM DA PRACETA ANTÓNIO BOTO, EM CARNAXIDE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.20.:** ----------

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de cinco milhões setecentos e sete mil e quarenta e cinco escudos, o qual corresponde a:----------

----------Trabalhos previstos - cinco milhões duzentos e trinta e nove mil oitocentos e cinco escudos---- ----------

----------Trabalhos a mais de natureza prevista - cento e trinta e sete mil seiscentos e quarenta escudos---- ----------

----------Trabalhos a mais de natureza não prevista - trezentos e vinte e nove mil e seiscentos escudos. --- ----------

----------Os trabalhos a mais de natureza prevista devem-se ao facto de terem sido ultrapassadas as quantidades previstas para revestimento de muros com tijoleira e carecem de aprovação, importando o seu montante em cento e trinta e sete mil seiscentos e quarenta escudos.

----------Os trabalhos a mais de natureza não prevista referem-se a fornecimento e assentamento de pedra de revestimento e a demolição de uma vedação e foram aprovados em reunião de Câmara de três de Dezembro de noventa e sete. ----------

----------Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: - ----------

---------- - A aprovação dos trabalhos a mais de natureza prevista no montante global de cento e trinta e sete mil seiscentos e quarenta escudos;----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de

cinco milhões novecentos e noventa e dois mil trezentos e noventa e sete escudos, o qual inclui a importância de duzentos e sessenta e cinco mil trezentos e cinquenta e dois escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Mateus & Irmãos, Limitada.----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**45 - DIM/DEIM-361/97 - CORRECÇÃO DA GEOMETRIA DE LANCIS NA ROTUNDA DE CARNAXIDE - APROVAÇÃO E LIQUIDAÇÃO DO 1º. E ÚNICO AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS - CP 09.01.03.15.:** ----------

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Pela Divisão de Edifícios e Infra-Estruturas Municipais, foi elaborado o primeiro auto de medição de trabalhos da empreitada designada em epígrafe no montante global de seiscentos e dez mil duzentos e cinquenta e nove escudos, o qual corresponde a trabalhos previstos.-- ----------

----------Face ao exposto e uma vez que os trabalhos foram executados em boas condições, proponho: - ----------

---------- - A aprovação do presente auto de medição de trabalhos no montante global de seiscentos e quarenta mil setecentos e setenta e dois escudos, o qual inclui a importância de trinta mil quinhentos e treze escudos de IVA à taxa de cinco por cento e o sequente pagamento à firma Rosado & Frazão, Limitada. ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**46 - PARQUEAMENTO CONDICIONADO JUNTO AO COLÉGIO BOA-SORTE, RUA DOS AÇORES, 23, EM QUEIJAS: ----------**

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Através do pedido registado sob o número mil cento e oitenta e oito, de noventa e oito, vem a Directora do Colégio Boa-Sorte, sito na Rua dos Açores, vinte e três, em Queijas, solicitar a autorização para ocupação, a título provisório, de estacionamento condicionado junto ao colégio para largada e tomada de crianças, no período compreendido entre as sete horas e trinta minutos e nove horas e trinta minutos e entre as dezassete e as dezanove horas, dos dias úteis, de acordo com o regulamento em vigor.----------

----------Tendo concordado com o exposto na informação número trinta e um, de noventa e oito, da Divisão de Estudos e Projectos/Trânsito, proponho que a Câmara delibere autorizar: -----

---------- - A criação de um lugar (com um comprimento de dez metros) de "estacionamento proibido nos dias úteis, das sete horas e trinta minutos às nove horas e trinta minutos e das dezassete às dezanove horas, excepto tomada e largada de crianças", junto ao número vinte e três, da Rua dos Açores, em Queijas; ----------

---------- - A aprovação da presente proposta em minuta."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**47 - DIM/DAD-9/98 - REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS EM BARCARENA, CARNAXIDE E QUEIJAS - APROVAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO - CP 09.01.03.32.: ----------**

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de dezassete milhões quatrocentos e trinta e cinco mil quatrocentos e cinquenta escudos. ----------

----------Em face do que antecede e de harmonia com o disposto no artigo quadragésimo nono, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro, proponho: - ----------

---------- - Aprovação do processo de concurso;----------

---------- - Abertura de concurso limitado; ----------

---------- - Aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**48 - DIM/DSA-11/98 - CONSTRUÇÃO CIVIL DE UM POSTO DE TRANSFORMAÇÃO NO MERCADO MUNICIPAL DE QUEIJAS - ADJUDICAÇÃO DE EMPREITADA - CP 11.05.05.07.:**

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Tendo em vista a execução da empreitada mencionada em epígrafe, solicitou a Divisão de Serviços de Apoio a apresentação de orçamento a três firmas, as quais apresentaram as propostas que serão acrescidas do IVA respectivo.----------

----------Analisadas as propostas e de conformidade com a informação número cinco, de noventa e oito, da Divisão de Serviços de Apoio, propõe-se a adjudicação à empresa M. B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima, no montante de um milhão novecentos e oitenta e seis mil setecentos e noventa e três escudos, acrescido do IVA respectivo e com o prazo de execução de trinta dias, dado ser a de mais baixo preço. ----------

----------Em face do que antecede, proponho:----------

---------- - Que se adjudique a empreitada em título, por ajuste directo, à empresa M. B. Pereira da Costa, Sociedade Anónima, pelo montante de um milhão novecentos e oitenta e seis mil setecentos e noventa e três escudos, ao qual acresce noventa e nove mil trezentos e quarenta escudos, respeitante ao IVA, à taxa legal em vigor - cinco por cento - e com o prazo de execução de trinta dias, de acordo com a alínea f), do número dois, do artigo quinquagésimo segundo, do Decreto-Lei quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei cento e um, de noventa e cinco, de dezanove de Maio. ----------

---------- - Aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**49 - DIM/DAD-8/98 - REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS EM OEIRAS, PORTO SALVO E PAÇO DE ARCOS - APROVAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO - CP 09.01.03.32.:** ----------

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---------

----------"Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de dezassete milhões quatrocentos e trinta e cinco mil quatrocentos e cinquenta escudos. ----------

----------Em face do que antecede e de harmonia com o disposto no artigo quadragésimo nono, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro, proponho: - ----------

---------- - Aprovação do processo de concurso; ----------

---------- - Abertura de concurso limitado; ----------

---------- - Aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**50 - DIM/DAD-10/98 - REPARAÇÃO DE PAVIMENTOS EM ALGÉS, LINDA-A-VELHA E CRUZ QUEBRADA/DAFUNDO - APROVAÇÃO DE PROCESSO DE CONCURSO - CP 09.01.03.32.:** ----------

----------I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta:---------

----------"Tendo em vista a execução da empreitada designada em epígrafe, procedeu-se à elaboração do respectivo processo de concurso, cujo preço base é de dezassete milhões quatrocentos e trinta e cinco mil quatrocentos e cinquenta escudos. ----------

----------Em face do que antecede e de harmonia com o disposto no artigo quadragésimo nono, do Decreto-Lei número quatrocentos e cinco, de noventa e três, de dez de Dezembro, proponho: - ----------

---------- - Aprovação do processo de concurso;----------

---------- - Abertura de concurso limitado; ----------

---------- - Aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**51 - MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE CIRCUITOS DE TV, EM BAIRROS MUNICIPAIS - CONCURSO LIMITADO - ADJUDICAÇÃO - CP 05.01.03.05: ----------**

----------I - O Senhor Vereador David Justino apresentou à Câmara a seguinte proposta:-------

----------"Na sequência da deliberação tomada pela Câmara Municipal de Oeiras, em reunião ordinária, realizada em três de Setembro do ano transacto, respeitante à abertura de concurso limitado para a adjudicação em epígrafe, foram consultadas três firmas, considerando o preço estimado do concurso e as disposições contidas no Regime Jurídico de Realização de Despesas Públicas com Empreitadas de Obras e Aquisição de Serviços e Bens - Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, ratificado pela Lei número vinte e dois, de noventa e cinco, de dezoito de Julho - e alterações posteriores - Decreto-Lei número oitenta, de noventa e seis, de vinte e um de Julho. ----------

----------Apenas duas das firmas consultadas apresentaram as propostas, de seguida enunciadas: ----------

----------Um - Specitron - Sociedade de Representações de Material Eléctrico e Electrónico, Limitada - proposta no montante de dois milhões trezentos e oitenta mil escudos, para uma manutenção de doze meses; ----------

----------Dois - Electrovisão - Comércio de Electrodomésticos, Limitada, proposta na importância de dois milhões cento e noventa e cinco mil e seiscentos escudos, para uma manutenção durante doze meses. ----------

----------Analisadas as propostas apresentadas pela Divisão de Promoção de Habitação - informação número duzentos e quinze, de noventa e oito, do Departamento de Habitação - conclui esta, considerando que os preços unitários das propostas e a capacidade técnica dos dois concorrente são equivalentes, pela adjudicação ao concorrente número um.----------

----------Face ao exposto, proponho que esta Câmara Municipal delibere: ----------

---------- - Adjudicar à firma “Electrovisão - Comércio de Electrodomésticos, Limitada”, pela importância de dois milhões cento e noventa e cinco mil e seiscentos escudos, quantia esta que será acrescida do valor correspondente ao IVA, à taxa legal em vigor, a manutenção e reparação de circuitos de recepção de TV, em bairros municipais, com um prazo de manutenção durante doze meses, de harmonia com o disposto no número sete, do artigo trigésimo primeiro, conjugado com a alínea c), do número um, do artigo trigésimo segundo e número um, do artigo septuagésimo, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei número oitenta, de noventa e seis, de vinte e um de Junho; - ----------

---------- - Dispensar a celebração de contrato escrito, de acordo com o número um, do artigo décimo segundo, do Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, uma vez que o valor da adjudicação é inferior ao estabelecido naquela disposição legal; ------ ----------

---------- - Comunicar a deliberação tomada ao concorrente preferido e preterido; ----------

---------- - Aprovar a presente proposta em minuta.” ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**52 - PROCº. 2770-PB/94 - DF 56/98 APENSO AO PROCº. OCP 1306/67 - ÓNUS DE RENÚNCIA: -**

----------I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

----------"Vem a I.V.Q. - Importações e Vendas de Qualidade, Limitada, na qualidade de proprietária, apresentar através do processo dois mil setecentos e setenta-PB/noventa e quatro, com vista a ampliação das actuais instalações, com a construção de uma nova câmara de frio e o aumento da área no piso um, no prédio sito em Cerrado dos Pinheiros - Zona Industrial - Porto Salvo.------ ----------

----------As referidas obras foram autorizadas a título precário por despacho de três de Junho de mil novecentos e noventa e quatro. ----------

----------Foi apresentada declaração que constitui o processo Diversos Fins, cinquenta e seis, de noventa e oito, através do qual os interessados renunciam ao valor das obras avaliadas em vinte milhões de escudos, em caso de eventual expropriação ou demolição pela Câmara e apresentadas certidões de descrição e inscrição matricial. ----------

----------Trata-se do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número mil cento e sessenta e três e inscrito na matriz sob o artigo dois mil e seiscentos, da freguesia de Barcarena. ----------

----------Deste modo, proponho à Câmara que delibere:----------

---------- - Aceitar a declaração apresentada através do processo Diversos Fins cinquenta e seis, de noventa e oito, expressa pela I.V.Q. - Importações e Vendas de Qualidade, Limitada, proprietária do prédio acima referido. ----------

---------- - Autorizar a emissão da certidão comprovativa desta deliberação com vista ao necessário registo na Conservatória do Registo Predial de Oeiras."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**53 - REGTº. 25.765/97 - REGTº. 32.592/97 APENSO AO S.P. 2/97 - AQUISIÇÃO DE 2 PARCELAS DE TERRENO - CP 05.01.15.01.: ----------**

----------I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

----------"Em reunião de cinco de Fevereiro do ano findo foi deliberado permutar com o Senhor Luís Aguiar de Matos uma parcela de terreno identificado com a letra C, a desanexar do prédio camarário cedido no âmbito do alvará oito, de noventa e dois, pelo terreno ocupado pela Câmara e identificado com as letras A e B, a desanexar do referido prédio. ----------

----------A permuta não se concretizou porque o permutante Luís Aguiar de Matos se recusou a assinar alegando que permutava uma parcela de terreno rústico e não urbano, já que o prédio ao qual ia ser desanexado tem natureza urbana, logo avaliação e tributação superior aos prédios rústicos. --- ----------

----------Vem agora o Senhor Luís Aguiar de Matos através do registo numero trinta e dois mil quinhentos e noventa e dois, de noventa e sete, de dezassete de Novembro, propor a venda à Câmara de mil quinhentos e setenta metros quadrados do terreno ocupado pela Câmara aquando da construção do programa social no Moinho da Portela.----------

----------Nestas condições, proponho à Câmara que delibere: ----------

---------- - Adquirir pelo valor de quinze milhões e setecentos mil escudos, correspondente ao preço unitário de dez mil escudos por metro quadrado, ao Senhor Luís M. Aguiar de Matos duas parcelas de terreno identificadas na planta junta com as letras A e B e as seguintes características:----------

----------Parcela A----------

----------Área - trezentos e sessenta e cinco metros quadrados ----------

----------Confrontações: ----------

----------Norte - Câmara Municipal de Oeiras----------

---------- Sul - Engenheiro Luís Aguiar de Matos----------

---------- Nascente - Engenheiro Luís Aguiar de Matos----------

---------- Poente - Câmara Municipal de Oeiras. ----------

---------- Parcela B ----------

---------- Área - mil duzentos e cinco metros quadrados ----------

---------- Confrontações:----------

---------- Norte - Engenheiro Luís Aguiar de Matos----------

---------- Sul - Câmara Municipal de Oeiras----------

---------- Nascente - Engenheiro Luís Aguiar de Matos----------

---------- Poente - Câmara Municipal de Oeiras. ----------

---------- - Comunicar ao requerente; ----------

---------- - Remeter o processo ao Departamento de Administração Geral para efeitos de formalização da escritura."----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta. ----------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**54 - S.P. 19/92 - INQUÉRITO PÚBLICO DO PLANO DE PORMENOR DO ALTO DE ALGÉS: ---**

----------I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

----------"De três de Setembro a três de Outubro último decorreu no Palácio Anjos em Algés, o período de Inquérito Público e exposição do Plano de Pormenor do Alto de Algés conforme determina o artigo décimo quarto, do Decreto-Lei número sessenta e nove, de noventa, de dois de Março. - ----------

----------É de salientar uma maior participação por parte da população a este Inquérito Público, expressa em quinze opiniões assinaladas no respectivo livro. ----------

----------Findo o período de inquérito público, foram ponderados os resultados que deverão, ao abrigo do mesmo articulado, ser submetidas à aprovação da Assembleia Municipal. ----------

----------Essa ponderação vem expressa no relatório, elaborado pela Divisão de Planeamento, junto ao processo.----------

----------Pelo exposto, proponho à Câmara que delibere:----------

---------- - Submeter à aprovação da Assembleia Municipal o Plano de Pormenor acompanhado dos pareceres, livro de opiniões e o relatório atrás referido.----------

---------- - Notificar os reclamantes do teor dos esclarecimentos constantes do relatório que se junta ao processo."----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**55 - ENCARGOS FINANCEIROS DE 1997 QUE FICARAM POR PAGAR EM 15 DE JANEIRO DE 1998:** ----------

----------I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta:----------

----------"Determina o artigo vigésimo oitavo, do Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um, de oitenta e três, de vinte e um de Julho, que os encargos regularmente assumidos relativos a anos anteriores serão satisfeitos de conta das verbas adequadas do orçamento que estiver em vigor no momento em que for efectuado o pagamento. ----------

----------Proponho o pagamento das facturas constantes da relação junta ao processo que totaliza trinta e sete milhões vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta e quatro escudos, à medida das disponibilidades financeiras da Autarquia." ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto, bem como, aprovar em minuta esta parte da acta.----------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**56 - REDE INFORMÁTICA DE LEITURA PÚBLICA (RILP) - MINUTA DE CONTRATO - RILP 2ª. FASE:**----------

----------I - O Senhor Vereador Tavares Salgado apresentou à Câmara a seguinte proposta: ---

----------"No âmbito do protocolo assinado entre a Câmara Municipal de Oeiras e o consórcio RILP - Rede Informática de Leitura Pública, em vinte e oito de Julho de mil novecentos e noventa e cinco, torna-se necessário proceder à aceitação da minuta de contrato de compra e venda de bens e serviços de informática para equipar a Rede Informática de Leitura Pública, que a seguir se transcreve. ----------

----------Mais se propõe a aprovação desta proposta em minuta." ----------

----------"Contrato de Compra e Venda de Bens e Serviços de----------

-

----------Informática para equipar a Rede Informática de Leitura----------

-

----------Pública - RILP----------

-

Entre: ------ ----------

A) Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, abreviadamente designado por IPLB, instituto público dotado de personalidade jurídica e autonomia administrativa, com sede no Campo Grande, número oitenta e três, mil e setecentos Lisboa, pessoa colectiva número quinhentos e três milhões oitocentos e quarenta e oito mil e sessenta e nove, representado pelo (a indicar), com poderes delegados por acto de delegação do Ministro da Cultura, emanado em (data), que outorga por si e na qualidade de chefe do consórcio de pessoas colectivas de direito público, criado mediante escritura pública outorgada no Sétimo Cartório Notarial de Lisboa, aos vinte e um de Outubro de mil novecentos e noventa e dois e que integra o Instituto Português do Livro e

a Câmara Municipal de Almeirim, autarquia local, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões noventa e um mil seiscentos e vinte e seis, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal do Barreiro, autarquia local, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões onze mil quatrocentos e doze, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de Cantanhede, autarquia local, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões três mil oitocentos e dezanove, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de Grândola, autarquia local, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões nove mil quatrocentos e cinquenta, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de Guimarães, autarquia local, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões seis mil duzentos e vinte e dois, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal da Lousã, autarquia local, pessoa colectiva número quinhentos e um milhões cento e vinte e um mil quinhentos e vinte e oito, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de Mirandela, autarquia local, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões três mil e noventa e seis, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de Palmela, autarquia local, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões onze mil cento e sessenta e um, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de Póvoa de Varzim, autarquia local, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões vinte mil e setenta e um, representada por (cargo, nome) e, por deliberação do consórcio de (data), a Câmara Municipal de Abrantes, autarquia local, pessoa colectiva número quinhentos e dois milhões seiscentos e sessenta e um mil e trinta e oito, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal do Montijo, autarquia local, pessoa colectiva número quinhentos e dois milhões oitocentos e trinta e quatro mil oitocentos e quarenta e seis, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de Oeiras, autarquia local, pessoa colectiva número quinhentos milhões setecentos e quarenta e cinco mil novecentos e quarenta e três, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de Ponte de Lima, autarquia local, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões trinta e dois mil e vinte e nove, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de

Portimão, autarquia local, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões dez mil trezentos e vinte e sete, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de Setúbal, autarquia local, pessoa colectiva número quinhentos e um milhões duzentos e noventa e quatro mil cento e quatro, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, autarquia local, pessoa colectiva número seiscentos e oitenta milhões dezoito mil quatrocentos e setenta e seis, representada por (cargo, nome), Câmara Municipal de Almada, autarquia local, pessoa colectiva número quinhentos e um milhões duzentos e noventa e quatro mil cento e quatro, representada por (cargo, nome) e, por deliberação do consórcio de (data), a Câmara Municipal de Almada, autarquia local, pessoa colectiva número quinhentos milhões cinquenta e um mil e cinquenta e quatro, representada por (cargo, nome), com poderes suficientes para o presente acto e na qualidade de primeiros outorgantes;----------

E---------- ----------

Digital Equipment Portugal, Limitada, sociedade por quotas, com sede na Avenida Engenheiro Duarte Pacheco, Empreendimento Torre das Amoreiras, Torre Um, nono piso, em Lisboa, pessoa colectiva número quinhentos e um milhões quatrocentos e quarenta e nove mil quinhentos e trinta e um, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, com o número cinquenta e nove mil cento e cinquenta e seis, representada por (cargo, nome), com poderes suficientes para o acto, na qualidade de segundo outorgante, ----------

é celebrado o presente contrato de compra e venda de bens e serviços informáticos para equipar a segunda fase da Rede Informática de Leitura Pública (RILP), o que se faz nos termos e subordinado às seguintes cláusulas:----------

----------Primeira----------

-

Os primeiros outorgantes organizados em consórcio de pessoas colectivas de direito público, chefiado pelo IPLB, promoveram a realização de um concurso público comunitário - RILP

um/noventa e seis - destinado à obtenção de propostas para o fornecimento de uma solução informática para equipar a segunda fase da Rede Informática de Leitura Pública, de acordo com o programa do concurso e respectivo caderno de encargos, devidamente publicados, nos termos da legislação aplicável e que ora se anexam para fazerem parte integrante do presente contrato, dando-se o conteúdo dos respectivos textos por reproduzido para todos os efeitos legais.----------

----------Segunda----------

-

No termo da tramitação própria do concurso e no cumprimento das disposições legais aplicáveis, os primeiros outorgantes deliberaram adjudicar o fornecimento dos bens e serviços informáticos ao concorrente Digital Equipment Portugal, Limitada, ora segundo outorgante, tendo a respectiva adjudicação sido aprovada por deliberação do consórcio de (data) e mediante despacho do Ministro da Cultura de (data).----------

----------Terceira----------

--

A solução informática apresentada pelo segundo outorgante constitui-se no documento proposta entregue a concurso e documentos complementares, os quais se anexam ao presente contrato e deste fazem parte integrante, dando-se o conteúdo dos respectivos textos por reproduzido para todos os efeitos legais.----------

----------Quarta----------

-

Pelo presente contrato e conforme o enunciado no programa do concurso comunitário e no caderno de encargos, o segundo outorgante obriga-se a vender aos primeiros outorgantes os bens informáticos - equipamento e suportes lógicos - e a garantir os serviços necessários ao correcto funcionamento e desenvolvimento da solução escolhida, permitindo equipar a RILP e que se destina às Bibliotecas Públicas de Abrantes, Montijo, Oeiras, Ponte de Lima, Portimão, Setúbal e

Vila Nova de Famalicão, sem prejuízo do segundo outorgante garantir, em igualdade de condições, o acesso futuro de outros Municípios à RILP, mediante o equipamento informático adequado e compatível e em condições a acordar entre as partes. ----------

----------Quinta----------

-

Os primeiros outorgantes declaram conhecer que o segundo outorgante fornecerá o equipamento informático produzido e comercializado pela Digital Equipment Portugal, Limitada, sendo compatível com o suporte lógico desenvolvido pela Innovative Interfaces Incorporated, facto que mereceu o acordo das duas empresas, conforme menção expressa na proposta apresentada a concurso pelo segundo outorgante. O conhecimento da situação pelos primeiros outorgantes não obsta, porém, que a obrigação relativa ao bom desempenho do suporte lógico não seja assumido na íntegra pelo segundo outorgante e no respeitante a todas as modalidades de garantia previstas no presente contrato. ----------

----------Sexta----------

--

Um - O segundo outorgante obriga-se a fornecer aos primeiros outorgantes, designadamente os Municípios de Abrantes, Montijo, Oeiras, Ponte de Lima, Portimão, Setúbal e Vila Nova de Famalicão, o equipamento informático constante do programa e caderno de encargos do concurso e da proposta que apresentou e cuja caracterização e especificações técnicas gerais para equipamentos, suportes lógicos e serviços se enunciam em anexo.----------

----------Sétima----------

-

Um - O preço dos bens e serviços informáticos a pagar por cada um dos primeiros outorgantes abaixo indicados e incluindo o IVA à taxa legal em vigor de dezassete por cento é, discriminadamente, o seguinte: ----------

Outorgante / Valor ----------

Câmara Municipal de Abrantes / quarenta e um milhões cento e vinte e sete mil setecentos e noventa e oito escudos----------

Câmara Municipal do Montijo / trinta e cinco milhões quinhentos e um mil duzentos e quarenta e quatro escudos ----------

Câmara Municipal de Oeiras / trinta e nove milhões quatrocentos e sessenta e três mil setecentos e noventa e três escudos ----------

Câmara Municipal de Ponte de Lima / trinta e um milhões cento e noventa e oito mil trezentos e seis escudos ----------

Câmara Municipal de Portimão / trinta e oito milhões oitocentos e trinta e um mil e vinte e oito escudos --- ----------

Câmara Municipal de Setúbal / quarenta e seis milhões setecentos e oitenta e um mil oitocentos e setenta e seis escudos ----------

Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão / trinta e sete milhões seiscentos e quarenta e nove mil seiscentos e catorze escudos. ----------

Dois - O custo global da aquisição dos bens e serviços de informática a pagar pelos primeiros outorgantes ao segundo outorgante é de duzentos e trinta e um milhões duzentos e quarenta e dois mil quatrocentos e quarenta e três escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, o que tudo somado atinge a quantia de duzentos e setenta milhões quinhentos e cinquenta e três mil seiscentos e cinquenta e nove escudos.----------

----------Oitava----------

--

Só há lugar a revisão de preços, desde que os atrasos sejam imputáveis ao primeiro outorgante no cumprimento dos termos e condições do presente contrato, pelo que o valor global da adjudicação é o indicado na cláusula sétima do presente contrato.----------

----------Nona----------

--

Um - O pagamento das quantias indicadas na cláusula anterior será assegurado por cada um dos primeiros outorgantes, do modo seguinte:----------

- vinte e cinco por cento do preço global dos bens, no prazo de vinte dias após a notificação da obtenção do Visto do Tribunal de Contas, a apor no presente contrato; ----------

- vinte por cento do preço global dos bens, no prazo de vinte dias após a instalação e configuração dos equipamentos das bibliotecas e feita a aceitação formal dos dados bibliográficos dos primeiros outorgantes. No caso das bibliotecas de Oeiras, Ponte de Lima e Setúbal será efectuada a migração dos catálogos existentes, enquanto que para as restantes bibliotecas será disponibilizado um catálogo bibliográfico inicial constituído a partir de recursos da RILP e por partes já digitalizadas dos catálogos existentes nas bibliotecas. ----------

- vinte por cento do preço global dos bens, no prazo de vinte dias após a disponibilidade operacional cumulativa das seguintes funcionalidades definidas no artigo décimo quinto do Caderno de Encargos: catalogação, consulta pública (OPAC), acesso em linha a fontes de informação externas e acesso a fontes de informação em CD-ROM. No caso das bibliotecas de Oeiras, Ponte de Lima e Setúbal deverá também estar disponível na Internet o respectivo catálogo (Web-OPAC) bem como, as facilidades de correio electrónico e transferência de ficheiros. -- ----------

- vinte por cento do preço global dos bens, no prazo de vinte dias após a disponibilidade operacional do módulo de empréstimo e dos relatórios estatísticos relativos a todas as funcionalidades já disponibilizadas. Deverá também estar disponível na Internet o respectivo catálogo (Web-OPAC), bem como, as facilidades de correio electrónico e transferência de ficheiros para as bibliotecas de Abrantes, Montijo, Portimão e Vila Nova de Famalicão.----------

- quinze por cento do preço global dos bens, no prazo de vinte dias após a notificação de

aceitação definitiva dos bens e a disponibilidade operacional cumulativa das seguintes funcionalidades definidas no artigo décimo quinto do Caderno de Encargos: gestão de periódicos, aquisições, estatísticas e informação à comunidade. ----------

Dois - O pagamento de cada uma das parcelas definidas no número anterior será efectuado decorridos pelo menos trinta dias após o último pagamento.----------

Três - Nos casos em que a disponibilização das funcionalidades de consulta pública (OPAC) e informação à comunidade estejam inteiramente dependentes do carregamento de dados a efectuar pelos primeiros outorgantes, os primeiros outorgantes deverão efectuar os pagamentos nos termos e condições acordadas desde que qualquer daquelas funcionalidades já tenha sido considerada operacionalmente disponível noutra biblioteca da segunda fase da RILP. ----------

Quatro - Outros atrasos, não imputáveis ao segundo outorgante, não impedirão os pagamentos nos termos e condições acordadas.----------

----------Décima----------

-

Um - A Comissão directora do projecto RILP, constituída pelo director do projecto designado pela Digital Equipment Portugal, Limitada, pelo chefe de projecto designado pelo IPLB e pelo responsável do projecto local designado por cada uma das Autarquias, deverá fazer o acompanhamento durante a fase de implementação e comprovar, mediante documento escrito, a disponibilidade operacional das funcionalidades. O referido documento terá que ser assinado pelos três membros da Comissão, para cada biblioteca, mediante proposta do segundo outorgante. ----------

Dois - A Comissão directora do projecto deverá produzir um documento escrito de aceitação definitiva por cada uma das bibliotecas, atestando o bom funcionamento e o cumprimento de todos os testes aplicados aos bens e relativos à sua funcionalidade, fiabilidade e segurança. ------

Três - A Comissão directora deverá reunir-se sempre que convocada por um dos seus membros

em cada biblioteca, no prazo máximo de oito dias após a notificação da convocatória e tomar posição em documento escrito. ----------

----------Décima primeira----------

-

Um - A caução constituída pelo segundo outorgante a favor do IPLB, na qualidade de Chefe do Consórcio, no valor correspondente a cinco por cento do preço global da adjudicação, manter-se--á em vigor até dez dias após a data de aceitação definitiva de todo o equipamento. ----------

Dois - O segundo outorgante reforçará a caução prestada quando do pagamento, pelos primeiros outorgantes, do valor de cinquenta por cento do preço global dos bens, sendo o equivalente a este o valor da caução a constituir. ----------

----------Décima segunda----------

--

O segundo outorgante obriga-se a entregar os bens informáticos indicados nas cláusulas anteriores aos primeiros outorgantes, nos locais por estes indicados, designadamente nas instalações das Bibliotecas Públicas Municipais, no prazo máximo de quarenta e cinco dias, contados da notificação da encomenda pelos primeiros outorgantes ao segundo outorgante.-------

----------Décima terceira----------

-

É da inteira responsabilidade do segundo outorgante o transporte, o acondicionamento e seguro dos bens até ao local da sua instalação, bem como a realização dos testes necessários ao perfeito funcionamento de todos os sistemas. Para o efeito, o segundo outorgante providenciará o envio de uma equipa de técnicos que conjuntamente com os técnicos indicados pelos primeiros outorgantes executarão as acções necessárias à plena obtenção dos objectivos. ----------

----------Décima quarta----------

--

O segundo outorgante providenciará a imediata substituição de todo e qualquer bem informático que apresente vício ou deficiente funcionamento, sem encargos para os primeiros outorgantes, no âmbito do Contrato de Manutenção a celebrar, como adiante se refere, na cláusula vigésima quarta.----- ----------

----------Décima quinta----------

--

Um - Os bens informáticos objecto do presente contrato possuem uma garantia geral de um ano, assegurada pelo segundo outorgante, pelo que toda e qualquer avaria, ou deficiente funcionamento, que não seja causada por irregular conduta do utilizador, será de inteira responsabilidade do segundo outorgante, sem quaisquer encargos para os primeiros outorgantes.

Dois - Os equipamentos servidores e microcomputadores integrantes da solução a adjudicar possuem uma garantia de três anos, assim como, o suporte lógico de gestão integrada de bibliotecas - INNOPAC. ----------

----------Décima sexta----------

-

O segundo outorgante garante, pelo prazo de dez anos, a existência e utilização de quaisquer peças ou componentes de substituição dos bens e equipamentos, sempre que tal se mostrar necessário ou conveniente.----------

----------Décima sétima----------

--

O segundo outorgante fará acompanhar os bens e equipamentos de documentos explicativos do seu funcionamento, necessariamente, redigidos em língua portuguesa, para o suporte lógico de gestão integrada de bibliotecas e para o suporte lógico de correio electrónico.----------

----------Décima oitava----------

-

Um - O segundo outorgante obriga-se a fornecer o suporte lógico de gestão de bibliotecas traduzido em Português, no que concerne ao desenho de écrans, mensagens e écrans de ajuda, menus e em tudo o que implique o interface com o utilizador e operador. ----------

Dois - Sem prejuízo do disposto no número anterior, a documentação escrita referente à administração dos sistemas poderá, com a prévia concordância dos primeiros outorgantes, ser entregue pelo segundo outorgante em língua inglesa ou em língua francesa. ----------

Três - O segundo outorgante obriga-se a assegurar o fornecimento ao IPLB de um conjunto de documentação relativa à utilização e administração do equipamento e suportes lógicos a adjudicar, em condições a acordar entre as partes. ----------

----------Décima nona----------

--

É aplicável ao fornecimento dos serviços, com as adaptações requeridas pela natureza de tais bens, o disposto nas cláusulas anteriores. ----------

----------Vigésima----------

--

O segundo outorgante, em ordem a garantir o bom funcionamento e a regular expansão e desenvolvimento da RILP, deverá manter em Lisboa uma delegação técnica, com carácter permanente; podendo, sem quebra das obrigações assumidas e da efectiva prestação dos serviços, credenciar, para o devido efeito, uma outra sociedade tecnicamente habilitada, notificando do facto dos primeiros outorgantes. ----------

----------Vigésima primeira----------

-

O segundo outorgante obriga-se a prestar os serviços ou bens que se revelem indispensáveis à interconexão da PORBASE com os sistemas que se constituírem no âmbito da RILP, em moldes a acordar entre os outorgantes. ----------

----------Vigésima segunda----------

-

O segundo outorgante obriga-se a garantir a formação dos técnicos dos primeiros outorgantes necessária ao domínio e utilização do equipamento informático, devendo a formação a ministrar ser em equipas de aprendizagem, de preferência e adequar-se às exigências do tipo de utilizadores do sistema, acordando os outorgantes em estabelecer em documento escrito, complementar do presente contrato, as modalidades, características, tempos, lugares e participantes da formação a ministrar.----------

----------Vigésima terceira----------

-

Sem prejuízo do disposto na cláusula anterior, o segundo outorgante assegurará uma formação especializada de, no mínimo, três técnicos do IPLB, no equipamento e suportes lógicos a adjudicar. - ----------

----------Vigésima quarta----------

--

O segundo outorgante obriga-se a assegurar em tempo útil a manutenção e a assistência técnica dos bens objecto do presente contrato, acordando os outorgantes em regular as condições gerais e especiais desta matéria em escrito complementar do presente contrato.----------

----------Vigésima quinta----------

--

O disposto nas cláusulas vigésima segunda a vigésima quarta do presente contrato deverá estar regulado em documentos escritos até à aceitação definitiva dos bens e serviços informáticos. ----

----------Vigésima sexta----------

-

O não cumprimento do disposto no presente contrato constitui o outorgante que der causa ao

incumprimento no dever de indemnizar os danos sofridos pelo outro outorgante, fixando-se o valor da indemnização na quantia correspondente a dez por cento do montante global financeiro do presente contrato. Além disso, o incumprimento constitui justa causa para a rescisão contratual por parte do outorgante cumpridor.----------

----------Vigésima sétima----------

-

Para existir justa causa de rescisão contratual, esta deverá basear-se em motivo atendível e fundamentado, relativamente ao outorgante infractor, e só opera depois de decorridos trinta dias da notificação escrita dando conta ao outorgante infractor da violação contratual verificada e dos efeitos dela decorrentes, e sem que este, naquele período de tempo, não tenha regularizado a situação.--- ----------

----------Vigésima oitava----------

--

Nas lacunas e omissões do presente contrato, aplica-se o disposto no referido programa de concurso, caderno de encargos e proposta do segundo outorgante e ainda a legislação aplicável subsidiariamente, em especial o Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março.----------

----------Vigésima nona----------

-

Os outorgantes acordam em dirimir qualquer eventual litígio emergente do presente contrato no Tribunal Cível da Comarca de Lisboa.----------

----------Trigésima----------

-

O presente contrato só será válido e vinculativo para as partes após a obtenção do Visto, legalmente obrigatório, do Tribunal de Contas. ----------

Lisboa, … ----------

Feito em dezoito duplicados, devidamente autenticados, de igual valor e fazendo fé para todos os efeitos legais. ----------

A celebração do presente contrato teve lugar diante do (nome), (categoria), do IPLB, designado para o efeito do exercício das funções de oficial público, nos termos do disposto no Decreto-Lei número cinquenta e cinco, de noventa e cinco, de vinte e nove de Março, mediante despacho de Sua Excelência o Ministro da Cultura, de (data). Constituem ainda anexos ao presente contrato os documentos dos primeiros outorgantes dando conta das legais autorizações de despesa e dos competentes cabimentos. ----------

Os primeiros outorgantes, … ----------

O segundo outorgante, …". ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

CÂMARA
MVNICIPAL
D · OEIRAS

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**57 - DHI-54/92 - REABILITAÇÃO DAS ESTRADAS NACIONAIS 6-2 E 117-1 - APLICAÇÃO DE MULTA POR INCUMPRIMENTO DO PRAZO DE EXECUÇÃO - REFORMULAÇÃO - DELIBERAÇÃO DE 4/2/98 - PONTO 92: ----------**

---------- I - O Senhor Vereador Lopes Neno apresentou à Câmara a seguinte proposta: --------

---------- "Em reunião de Câmara realizada em quatro de Fevereiro de noventa e oito, ponto noventa e dois, foi deliberado aplicar um multa por incumprimento do prazo contratual à empresa António Veiga, Sociedade Anónima, referente à empreitada designada em epígrafe, adjudicada à mesma empresa pelo valor global de quatrocentos e trinta e nove milhões setecentos e sessenta e nove mil quinhentos e vinte e três escudos, com prazo de execução de doze meses.----------

---------- Todavia, a fundamentação que conduziu a esta tomada de decisão, não foi devidamente elaborada, pelo que importa proceder à sua reformulação de acordo com o seguinte texto: ------ ----------

---------- - No decurso da obra foi concedida ao adjudicatário uma prorrogação de prazo de cinco meses, sendo a data da conclusão prorrogada até oito de Maio de noventa e quatro.---------

---------- Posteriormente, a Câmara aprovou um Plano de Trabalhos que terminava em Janeiro de mil novecentos e noventa e cinco e um último que terminava em Maio de mil novecentos e noventa e cinco. ----------

---------- O adjudicatário não concluiu os trabalhos no prazo previsto no último Plano, tendo os mesmos sido executados num ritmo lento e apenas parte deles ficado concluídos em Março de mil novecentos e noventa e seis, faltando até à presente data a execução de alguns trabalhos que tinham sido adjudicados. ----------

---------- Em face do que antecede e tendo concordado com o exposto, proponho: ----------

---------- - Que a Câmara delibere aplicar uma multa no valor de oitenta e sete milhões

novecentos e cinquenta e três mil novecentos e cinco escudos, correspondente a vinte por cento do valor da adjudicação (quatrocentos e trinta e nove milhões setecentos e sessenta e nove mil quinhentos e vinte e três escudos), à empresa António Veiga, Sociedade Anónima, nos termos do artigo centésimo septuagésimo sétimo, do Decreto-Lei número duzentos e trinta e cinco, de oitenta e seis, de dezoito de Agosto; ----------

---------- - Comunicação da deliberação tomada, ao Gabinete de Contencioso e Apoio Jurídico, para efeitos de acompanhamento do processo; ----------

---------- - A aprovação desta proposta em minuta.” ----------

----------II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto. ---------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**58 - INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DA CÂMARA MUNICIPAL DE OEIRAS NA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA ESTUDOS E GESTÃO DA ÁGUA - AMEGA: ----------**

---------- I - O Senhor Presidente apresentou à Câmara a seguinte proposta: ----------

---------- "Um - A Câmara Municipal de Oeiras é membro da "Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água", a qual tem por objecto o estudo de questões relacionadas com a distribuição domiciliária de água e o fomento da cooperação entre os associados em matéria de política de água. ----------

---------- Dois - Com as últimas eleições autárquicas, alterou-se a constituição dos órgãos executivos dos municípios que integram a referida Associação, decorrendo, neste particular, a cessação do exercício de funções conferido pelo mandato a membros dos seus órgãos colegiais - a Assembleia Intermunicipal e o Conselho de Administração.----------

---------- Três - De acordo com a legislação em vigor sobre o regime jurídico das Associações de Municípios (Decreto-Lei quatrocentos e doze, de oitenta e nove, de vinte e nove de Novembro) e os Estatutos da AMEGA, "A qualidade de membro dos órgãos da Associação é indissociável da qualidade de membro da Câmara Municipal que o designou para o efeito, mantendo-se, suspendendo-se ou cessando o respectivo mandato, da mesma forma que se mantenha, ou seja suspenso ou cesse na respectiva Câmara."----------

---------- Quatro - Nesta conformidade, importa designar os novos representantes da Câmara Municipal de Oeiras na Assembleia Intermunicipal da AMEGA que elegerá o novo Conselho de Administração da mesma.----------

---------- Cinco - Tendo em consideração os objectivos prosseguidos pela AMEGA e em consonância com a distribuição de pelouros já efectuada, propõe-se: ----------

---------- a) - A designação da Vereadora, Doutora Teresa Maria da Silva Pais Zambujo e do Vereador, Engenheiro José Arménio Lopes Neno, para integrarem a Assembleia Intermunicipal

da AMEGA, devendo a primeira assumir funções no Conselho de Administração da mesma. -----

----------b) A aprovação da presente proposta em minuta.” ----------

----------II - Submetida a proposta a votação, através de escrutínio secreto em que se verificaram sete votos a favor e três abstenções, foi a mesma aprovada por maioria. ----------

----------Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta.----------

**O Presidente,**

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**59 - CONCURSO LIMITADO PARA FORNECIMENTO DE 2 VIATURAS LIGEIRAS A GASOLINA - NÃO CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO - SMAS:----------**

---------- I - A Senhora Vereadora Teresa Zambujo apresentou à Câmara a seguinte proposta:-

---------- "A Senhora Vereadora Doutora Teresa Zambujo, no uso das competências que lhe foram delegadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, autorizou por despacho de nove de Fevereiro de mil novecentos e noventa e oito, a adjudicação do fornecimento supra referido à empresa Vesauto - Automóveis e Reparações, Sociedade Anónima, pelo valor global de três milhões duzentos e trinta e nove mil duzentos e quatro escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, tendo em conta o relatório da Comissão de Análise das Propostas junto ao processo.-- ----------

---------- Face ao exposto, propõe-se: ----------

---------- Um - A ratificação da mencionada autorização da adjudicação do fornecimento de duas viaturas de marca Renault Clio Chipie um ponto dois, cinco portas, nos exactos termos propostos pela empresa Vesauto - Automóveis e Reparações, Sociedade Anónima, pelo valor global de três milhões duzentos e trinta e nove mil duzentos e quatro escudos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; ----------

---------- Dois - A ratificação da não celebração do contrato escrito. ----------

---------- Três - A aprovação da presente proposta em minuta." ----------

---------- II - A Câmara, por unanimidade dos presentes, deliberou aprovar o proposto.---------

**O Presidente,**

CÂMARA
MVNICIPAL
D · OEIRAS

**-------ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 1998---------**

**60 - HORÁRIO DAS REUNIÕES CAMARÁRIAS: ----------**

---------- Por proposta verbal do Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar que as reuniões ordinárias da Câmara passem a ter lugar às quartas-feiras, quinzenalmente, sendo a primeira na segunda semana de cada mês e a reunião pública da Câmara realizar-se-á sempre na última quarta-feira de cada mês. ----------

---------- Mais foi deliberado manter as dezasseis horas para o início das reuniões e que a presente deliberação entre em vigor a partir do próximo mês de Março. ----------

---------- Finalmente, foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta, devendo, para os devidos efeitos, ser publicado o respectivo Edital. ----------

---------- Às vinte horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente acta que vai ser por si assinada e pelo Director do Departamento de Administração Geral.------ ----------

**O Presidente,**

**O Director do Departamento de Administração Geral,**